

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O SIGMA E O RÓSEO:**

**A Ação Integralista Brasileira no Correio do Povo (1932-1938).**

ANDRÉ LUÍS DA COSTA CORRÊA

Orientador: Prof. Dr. René Ernani Gertz.

Porto Alegre, Novembro de 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O SIGMA E O RÓSEO:**

**A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA NO CORREIO DO POVO  
(1932-1938).**

ANDRÉ LUÍS DA COSTA CORRÊA

Orientador: Prof. Dr. René Ernani Gertz.

Banca: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó. (UFRGS)

Prof. Esp. Adolar Koch. (UFRGS)

Trabalho de conclusão de curso em História – Licenciatura.

Porto Alegre, Novembro de 2011.

## **O Sigma e o Róseo: A Ação Integralista Brasileira no Correio do Povo (1932-1938)**

### **Resumo:**

Este trabalho é resultado de uma pesquisa nas páginas do Correio do Povo que tentou identificar de que maneira o jornal – líder do mercado no Rio Grande do Sul e símbolo do “jornalismo moderno”, independente e “neutro” – se posicionava diante da Ação Integralista Brasileira (AIB), grupo político de extrema-direita e cunho fascista que atuou no Brasil durante a década de 30, época na qual o país passava por drásticas transformações sócio-econômicas e uma profunda polarização política.

Palavras-Chave: Integralismo; Jornal Correio do Povo; História e Imprensa

### **Abstract:**

This work is the result from a research, which tried to detect the political view of the Correio do Povo – leader of the newspaper market in Rio Grande do Sul and auto-proclaimed “neutral” in politics – at the 30’s. The focus was the Brazilian Integralist Action (AIB in Portuguese), a political group from the extreme-right with fascist characteristics, that grew in Brazil during an age of serious transformations – both political, economical and social – and deep political polarization.

Key-words: Integralism; Correio do Povo newspaper, History and printing press

*Eu não preciso ler jornais, mentir sozinho eu sou capaz*

Raul Seixas

*O fascismo fascinante deixa a gente ignorante fascinada*

Humberto Gessinger

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às pessoas sem as quais esse trabalho não poderia ser realizado. Primeiramente, agradeço ao meu orientador, professor René Gertz por acolher esta empreitada e pelos sábios conselhos.

Também não poderia deixar de agradecer aos funcionários sempre prestativos do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, onde foi realizada a pesquisa que gerou este trabalho de conclusão.

Agradeço aos colegas que forneceram informações, conselhos (e apoio) em relação ao TCC. Alguns deles, pertencentes à “barra”/2006 que me honram em terem sido colegas de curso e futuros colegas de profissão, tanto pelo talento, quanto pelo caráter e pela amizade: Giovanni Biazetto, Jéferson Andreu Knecht, Rafael Aguiar, Soraia Bertin, Renata Veleda, Tiego (desculpe, nunca lembro o sobrenome), Hélio Castro, Diogo Quirim, Matheus Peregrina Hernandez, Bernard, Jaqueline Brizola, Veridiano Koefler, Maura Bombardelli, Lutero Strege, etc. Aqueles que, por ventura, eu tenha me esquecido de mencionar, que me perdoem, mas a memória é fraca. Cada um, de seu modo, auxiliou-me bastante no processo de crescimento intelectual e pessoal desses últimos anos, seja na universidade ou fora dela.

Gostaria de agradecer a todos os professores por quem passei pela graduação, pois foram responsáveis diretos pela minha formação acadêmica.

Não poderia deixar de mencionar os meus amigos de fora do curso de História (sim, existe vida além dos muros da UFRGS), principalmente por compreenderem a minha ausência nos últimos meses, em função do “parto” deste trabalho. Seria impossível citar nomes sem cometer uma grave injustiça ao deixar alguém de fora, mas eu ficarei mais do que feliz em dar os agradecimentos pessoalmente, e não apenas por meio desse protocolo.

Por fim, gostaria de agradecer à minha família, pelo suporte e apoio (e pelo esforço para me tirar do ócio improdutivo), em especial meus pais: Luiz Ademar Carneiro Corrêa e Maria de Lourdes da Costa Corrêa, que dedicaram décadas de suas vidas à educação e ao magistério, servindo de exemplo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>pg. 7</b>
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>pg. 9</b>
1.1 – O contexto da década de 30 e a atuação da AIB.....	<b>pg. 9</b>
1.2 – O jornalismo moderno e o Correio do Povo.....	<b>pg. 16</b>
1.3 – Breves reflexões sobre História e Imprensa.....	<b>pg. 24</b>
1.4 – O integralismo no Correio do Povo: visão panorâmica.....	<b>pg. 29</b>
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>pg. 34</b>
2.1 - Estudo de caso: os editoriais do Correio do Povo.....	<b>pg. 34</b>
2.2 – Estudo de caso: D. João Becker e as relações catolicismo-integralismo.....	<b>pg. 40</b>
2.3 – Estudo de caso: Fay de Azevedo e os integralistas.....	<b>pg. 46</b>
2.4 – Estudo de caso: Rubens Maciel e os integralistas.....	<b>pg. 54</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>pg. 64</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>pg. 66</b>

## INTRODUÇÃO

A imprensa no Brasil, historicamente, se formou e ganhou corpo (no século XIX) como um instrumento de propaganda política e de defesa de posições. O ponto de inflexão dessa tradição fora a passagem para o século XX e suas primeiras décadas, que introduziram o conceito de “jornalismo moderno” na sociedade brasileira. Informativo e pretensamente imparcial, essa nova modalidade de comunicação social impera até hoje. No Rio Grande do Sul, falar em modernização do jornalismo é falar no Correio do Povo. O “róseo”, como ficou sendo conhecido em seus primeiros anos de existência, foi o mais bem-sucedido jornal do estado por mais de cinco décadas. Chegou a constituir um verdadeiro “poder” em volta de si próprio e tinha em seu discurso, renovado a cada edição, a credibilidade e a neutralidade. Porém, como veremos, esse manto de isenção política era mais ilusório do que real.

Os pesquisadores do papel da imprensa na História do Brasil vêm revelando, já vai algum tempo, a atuação discreta (e, às vezes, nem tão discreta) desses veículos de comunicação no cenário político. O trabalho aqui proposto busca inserir-se nesse campo, analisando como o principal jornal do Rio Grande do Sul na década de trinta enxergava o emblemático movimento políticos dos seguidores de Plínio Salgado, os integralistas. Adeptos de uma doutrina de profunda inspiração fascista, os camisas-verdes constituíram o primeiro partido político efetivamente nacional de nossa História. Foram, também, elemento fundamental da radicalização política que se deu no país, proferindo palavras de ordem repletas de ultra-nacionalismo, anti-liberal, anti-comunismo e (em alguns casos) anti-semitismo. Sob o lema de “Deus, Pátria e Família”, o integralismo (que ainda hoje possui seus adeptos e admiradores) foi um representante paradoxal de valores tradicionais e modernos.

De que maneira poderia um jornal que propagandeava sua neutralidade política em serviço da informação, mas que possuía de fato, profundo interesse nos rumos políticos do país, manifestar-se a respeito de uma agremiação nova e extremada, cuja ação remetia diretamente ao cenário de graves conflitos ideológicos na Europa da Grande Depressão? Como aplicar os paradigmas do jornalismo moderno em um cenário político conturbado e de agentes tão exóticos? Certamente, o Correio do Povo, enquanto representante de um segmento da sociedade, tinha aspirações políticas e (tal qual o próprio governo de Getúlio Vargas) pôde olhar para o fenômeno da Ação Integralista Brasileira com diferentes olhos ao longo dos anos trinta e do acirramento da luta

ideológica em território nacional. Assim sendo, foi preciso, a partir da pesquisa empírica, tentar desvendar de que maneira se deu esse processo, utilizando como marcos temporais: a fundação da AIB, em Outubro de 1932 e o fatídico episódio da Intentona Integralista, em Maio de 1938. Trata-se do mesmo período no qual o Correio do Povo assegurou a sua hegemonia no mercado jornalístico gaúcho.

O presente trabalho se divide em dois momentos. No primeiro, é feita a contextualização histórica (e historiográfica) do surgimento e crescimento da AIB, do desenvolvimento do jornalismo moderno no Rio Grande do Sul e o papel do Correio do Povo, das relações entre imprensa e história e seus efeitos na pesquisa histórica e – por fim – do(s) espaço(s) que o Correio dedicava aos seguidores de Plínio Salgado. O segundo momento é representado pelos estudos de caso, selecionados do montante de referências encontradas sobre o Sigma no jornal. São artigos e grupos de artigos, escritos pelo próprio jornal ou por colaboradores, que apontam indícios para a forma como os integralistas inseriam-se no debate intelectual sobre os rumos do país, bem como, a forma como a sociedade e o Correio do Povo – como representante da opinião pública – enxergava esse grupo de “forasteiros”, que no período estudado, passaram de respeitáveis pensadores a “criminosos desalmados”.



## CAPÍTULO 1

### 1.1 - O contexto da década de 30 e a atuação da AIB

A década de 30, no Brasil e no mundo, se caracterizou como o ápice do período “entre guerras”, tendo por características fundamentais a crise do liberalismo na economia e na política, o temor da cada dia mais “inevitável” continuação da Grande Guerra e a expansão dos movimentos políticos extremos. Em terras tupiniquins, o marco da Revolução de 30 servirá para separar a república “velha” da (incerta e complexa) introdução do Brasil na “modernidade”, a partir de grandes debates e projetos políticos para a nação: entre eles, o integralismo. Faz-se necessária, portanto, uma breve explanação sobre os antecedentes e as características desse processo.

A Primeira República (que recebeu a alcunha de “velha” pelos teóricos do Estado Novo varguista) já vinha demonstrando sinais de debilidade na década de vinte. A sociedade brasileira passava por transformações, de âmbito econômico, político e cultural que contrariavam a lógica da oligarquia liberal agro-exportadora então no poder. Apesar de tímidos, os investimentos na formação de uma indústria nacional - impulsionados pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) - e o desenvolvimento das atividades de comércio e serviços impulsionaram o crescimento dos centros urbanos e, dentro deles, a ascensão de novos grupos sociais: camadas “médias” como profissionais liberais, comerciantes e servidores públicos. No plano cultural, a Semana da Arte Moderna (1924) marcou o rompimento com as concepções clássicas de exaltação/imitação da arte europeia típicas da oligarquia para dar espaço a um modelo de arte que exaltava as raízes nacionais e a quebra de dogmas e métodos. Houve amplo interesse e participação dos novos setores urbanos, marcando sua oposição a tudo que representasse a “velha oligarquia”. Nenhum desses novos agentes sociais estava representado no sistema político vigente, regido pelos grandes proprietários rurais e por um processo eleitoral altamente fraudado. A manifestação política da insatisfação desses grupos se deu na forma do movimento tenentista. Os “tenentes” (termo genérico relacionado à baixa oficialidade do exército) tinham em seu discurso os anseios dos setores urbanos: investimento no processo de industrialização, nacionalismo, centralização do poder num Estado forte em todo o território brasileiro, moralização da política e eleições abertas e representativas. Foi justamente esse grupo, sem ideologia

claramente definida, o principal responsável pela ascensão de Getúlio Vargas em 1930, aliado à oligarquia dissidente num complexo amálgama que tornaria o futuro da república, na década de trinta, nebuloso e abriria espaço tanto para as hábeis manobras políticas de Vargas consolidando seu poder, quanto para o avanço e confronto de idéias de extrema esquerda (representadas pelo PCB/ANL) e extrema direita (AIB) no palco político.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) fundada por Plínio Salgado em 1932 não foi, no entanto, o primeiro grupo de extrema direita identificado com o fascismo europeu a surgir no Brasil. Durante a década de 20, a existência de grupos como a Ação Social Brasileira e a Legião Cearense do Trabalho<sup>1</sup> merecem destaque. Esses grupos, marcados por um profundo anti-liberalismo, tinham por objetivo mobilizar as massas (o proletariado, praticamente ignorado pelo projeto tenentista) num projeto nacional de inspiração fascista. Eram, portanto, o caminho da extrema direita para essas massas; de modo análogo ao papel dos movimentos anarco-sindicalistas e, a partir de 1924, do PCB na extrema esquerda do espectro ideológico. A polarização radical das massas, portanto, já se fazia presente antes da Revolução de 30. Mas é importante ressaltar que até a consolidação do PCB e a fundação da AIB, esses extremos possuíam pouca representatividade na cena política nacional. Muitos membros (e mesmo idealizadores) desses movimentos autoritários vieram a convergir para o integralismo, idealizado por Plínio Salgado após uma trajetória como intelectual, escritor e político de formação católica conservadora.

A trajetória de Plínio antes da fundação da AIB revela elementos importantes da gestação do movimento e de suas principais características. Salgado iniciou sua vida política no interior de São Paulo, no tradicional PRP. Fez parte, ainda jovem, de uma ala que tentava renovar o partido, a partir de suas inquietações com o modelo oligárquico vigente e o papel secundário do Brasil no concerto das nações. Essas inquietações, assim como a aspiração nacionalista, se fazem presentes nas obras de Plínio Salgado como escritor (a trilogia “O Estrangeiro”, “O Esperado” e “O Cavaleiro de Itararé”), veiculado ao movimento modernista. No modernismo, Salgado encontrou mais eco a suas idéias do que no tradicional e pouco aberto a transformações PRP. A ligação com Menotti Del Picchia (modernista nacionalista) rendeu a Salgado uma coluna no jornal “A Razão”. No periódico, Plínio defenderá a Revolução de 30, e se colocará no direito

---

<sup>1</sup> Ver TRINDADE, Hégio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. Rio de Janeiro: Difel, 1979 (2ª Ed), p. 103-116.

de dar sugestões e aconselhamentos aos rumos que a pátria deveria levar. A publicação também serviu de veículo para as idéias autoritárias e um canal de aproximação de Plínio com outros que compartilhassem sua lógica. Em 1930, uma viagem para a Europa com direito a uma entrevista com Mussolini, serviu para aproximar ainda mais Salgado do fascismo e motivá-lo a tentar desenvolver no Brasil um movimento similar. No começo de 1932, reunido a um grupo de intelectuais, Plínio cria a S.E.P - Sociedade de Estudos Políticos -, que tinha por finalidade, avaliar as principais questões sociais e políticas do país. De grupo de estudos, a Sociedade acabou por se tornar o embrião do integralismo, apresentado ao país pela primeira vez no manifesto de outubro de 1932, que nomeava Salgado como Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira. A formação católica que acompanhou Plínio Salgado em toda a sua vida será um dos grandes diferenciais da ideologia integralista. O caráter fortemente espiritualista que será identificado ao movimento será um diferencial em relação ao fascismo italiano, e aproximará o integralismo de grupos como a falange espanhola, sem – no entanto – abdicar de algumas premissas básicas do fascismo.

As principais características ideológicas e organizacionais da AIB são a hierarquia e disciplina e de cunho fascista, o culto ao líder, a intensa espiritualidade cristã, o localismo, o cooperativismo, o nacionalismo exacerbado, a política “de massas” (inclusive mulheres e crianças), o anti-liberalismo, a identificação com o fascismo italiano e (em menor grau) o anti-semitismo.

Em relação às estruturas da organização, destaca-se o alto grau de centralização e a hierarquia vertical, tendo em seu ápice o Chefe Nacional. O modelo instituído para a Ação Integralista Brasileira como movimento (e, posteriormente, partido político) segue à risca aquele imaginado por seus membros para a organização do almejado Estado Integral. Dessa forma, as instituições internas da AIB como a milícia e os núcleos, seriam fundidas ao Estado numa eventual revolução integralista, assumindo os espaços de outras instituições do regime então vigente. Os conselhos internos, por exemplo, substituiriam os órgãos legislativos. Afora os órgãos consultivos e deliberativos centrais (todos submetidos à vontade do Chefe Nacional), a estrutura integralista ainda contava com os chefes regionais e núcleos locais, onde se dava a mobilização das bases. Neste nível da hierarquia ainda é importante destacar o papel de algumas alas específicas como o agrupamento dos plinianos (organização infanto-juvenil de doutrinação política integralista, aos moldes da juventude hitlerista e demais associações fascistas do gênero), e os setores femininos. Embora a participação da mulher dentro da estrutura

hierárquica da AIB seja restrita aos núcleos e seções regionais e locais, sem representação a nível nacional ou altos cargos, não se deve deixar de ressaltar o caráter inusitado e inovador dessa iniciativa que – de fato – mobilizou um contingente significativo de militantes do gênero feminino. As militantes integralistas vestiam-se com a mesma camisa verde que os integralistas do sexo masculino (o que, para os padrões estéticos da época, já era por si só transgressor), participavam de reuniões e ações sociais/culturais, divulgavam as idéias de Plínio Salgado e realizavam os mesmos juramentos e cerimônias que os demais. O paradoxo dessa inserção da mulher na AIB é que, embora sua participação em uma agremiação/partido político, de modo representativo, seja absolutamente inovadora para a década de 30, o seu papel nessa instituição além de hierarquicamente inferior ao dos líderes regionais/nacionais (todos homens) é justamente o papel de consagrar e difundir uma ideologia conservadora e valores familiares que em nada poderiam ser considerados “progressistas”.

A estrutura da AIB passará por mudanças em 1936, quando a própria concepção quanto à forma como se chegaria ao “Estado Integral” é transformada dada a conjuntura política do momento. O manifesto de outubro de 1932, que lança as bases do integralismo, deixa claro que os participantes do movimento deveriam estar prontos para realizar a revolução integralista, sendo a própria AIB, dada sua estrutura, o “meio e fim” para se constituir o Estado Integral. O manifesto não exclui, portanto, a possibilidade da tomada do poder pelas vias da força, aproveitando o contexto político incerto após a Revolução de 30 e o movimento insurgente paulista de 1932. No ano de 1936, a situação era diferente. O integralismo ganhara muitos adeptos, mas havia fatores que recomendavam uma atitude menos radical. Em primeiro lugar, a afirmação alcançada pelo governo Vargas, após a assinatura da constituição de 1934 e a realização de um conjunto de reformas e inovações na área trabalhista que lhe conceberam enorme prestígio popular. Em segundo lugar, o episódio da intentona comunista de 1935, que deu ainda mais força para o regime a partir de ampla propaganda anticomunista e a aplicação alternada de estados de sítio e de guerra (que durariam praticamente até o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937). Como parte da reação do governo à intentona, decretou-se um conjunto de leis para combater o “extremismo” político. É importante observar aqui que, embora para boa parte da opinião pública “extremismo” fosse sinônimo de comunismo, socialismo, etc. essa definição, na prática, não excluía os extremismos de direita, ou seja: a AIB. De fato, a partir desse momento, o conceito de “extremismo” será usado em algumas ocasiões pontuais por governos que vejam

inimigos políticos no Sigma, como no caso do estado de Santa Catarina e, mais tarde, da Bahia.<sup>2</sup> Um terceiro fator, mais imediato, é o desejo de Plínio Salgado de concorrer nas eleições presidenciais (que acabaram por não ocorrer, em decorrência do golpe do Estado Novo). Assim sendo, a partir do II congresso integralista, sediado em Petrópolis-RJ, em maio de 1936, a AIB tornou-se, oficialmente, um partido político. Além da mudança de tom – já não se falava mais, por exemplo, em “revolução integralista” – essa mudança acarretará uma reformulação da estrutura integralista, adaptando estruturas e criando secretarias novas como as de “relações externas” e a de imprensa, particularmente relevante para o objetivo deste estudo.

A ideologia integralista está impregnada de fortes sentimentos anti-liberais e anti-socialistas. A crítica ao liberalismo se faz no contexto da crise pós 1929 e suas consequências em relação à soberania dos estados nacionais. O liberalismo político, por sua vez, seria culpado pelo enfraquecimento do Estado e somado ao econômico, responsável pelo estado de penúria econômica e social da sociedade. É importante ressaltar aqui que, economicamente, o integralismo jamais foi um movimento “anti-capitalista” em termos radicais. A idéia de propriedade privada, assim como todo o “núcleo duro” do capitalismo nunca foi posto em questão por Plínio Salgado e demais doutrinadores do sigma (ou mesmo pelo nazi-fascismo europeu). O grande alvo das críticas é o capitalismo internacional, identificado, muitas vezes, com a ação judaica. De todos os teóricos integralistas e membros do alto escalão da AIB, o único que poderíamos – sem sombra de dúvidas – definir como um legítimo anti-semita é Gustavo Barroso, historiador, membro da academia brasileira de letras e chefe das milícias integralistas. Em suas obras, Barroso defende a tese de que o “judaísmo internacional” seria responsável tanto pelo capitalismo internacional/liberalismo quanto pelo comunismo (Marx, assim como os famigerados banqueiros Rotschild, era judeu) e que a falsa dicotomia entre as ideologias serviria de manto para um domínio judaico de escala global sobre os estados nacionais. Muito embora essa tese seja aceita apenas parcialmente pelos demais grandes nomes da AIB, como o próprio Plínio Salgado ou Miguel Reale (chefe do departamento de doutrina), que faziam suas críticas ao “banqueiro judeu” apenas como agente do capitalismo internacional, mas não como causa deste (ao menos, não defendiam tais idéias abertamente), deve-se ressaltar que tal argumento era muito aceito nas bases da militância integralista, entre outras coisas, pela

---

<sup>2</sup> TRINDADE. **Op. Cit.** p. 297, 299.

facilidade de explicação. O mesmo vale para o anticomunismo (embora também estivesse presente na mentalidade dos líderes, era explicado de forma vulgar para as bases) e uma série de preconceitos típicos de uma mentalidade conservadora, estimulados pelos líderes do Sigma para mobilizar a militância.<sup>3</sup> Outra questão fundamental para entender a ideologia integralista é a poderosa identificação com o cristianismo expresso no lema Deus, Pátria e Família. O conteúdo espiritualista da AIB deve-se, em grande parte à formação de Plínio Salgado, e encontrou grande eco nas bases do movimento. Ao enaltecer o espiritualismo e negar o materialismo, os integralistas acreditavam estar participando de algo diferente do capitalismo, do comunismo, do nazismo e mesmo do fascismo clássico.

No entanto, a identificação do integralismo com o fascismo italiano (embora muitos de seus militantes neguem até hoje) era mais do que evidente. Além do culto aos líderes nacionais e aos “povos guerreiros”, à juventude e à ordem, o modelo de estado corporativo e o nacionalismo estão na base estrutural e superestrutural do integralismo. O estado corporativo, idealizado pelo chefe do departamento de doutrina, Miguel Reale, é entendido como a verdadeira representação da sociedade, diferentemente das “falsas” instituições da democracia liberal: os parlamentos. Para Reale, as organizações de classe deveriam se reunir em confederações locais, regionais e – por fim – nacionais; estas deveriam eleger os membros dos conselhos superiores como a Câmara dos 40 ou a Corte do Sigma. Essas instituições federais (de caráter mais deliberativo/consultivo do que legislativo, e já presentes na organização da AIB enquanto partido político), por fim, escolheriam o Chefe Nacional. A falácia da “representatividade” desse modelo, assim como da afirmação de que o Estado integral seria “gerido pelas cooperativas” se dá quando constatamos que, uma vez que as entidades classistas legítimas seriam apenas aquelas definidas (logo, tuteladas) pelo Estado, o que ocorreria seria justamente o contrário: o controle dos órgãos de classe pelo governo. Trata-se, pois, do mesmo sistema adotado por Mussolini na Itália fascista. Quanto ao nacionalismo integralista, cabe ressaltar não apenas seu caráter de um “amor cego” à pátria, mas também a forma como ele é legitimado: a partir de um discurso que busca origens gloriosas no passado indígena (vide a saudação “Anauê”) e o “destino manifesto” do povo brasileiro a cumprir um papel de liderança no futuro da humanidade, após a instituição do Estado Integral. Esse modo de ver a si mesmo, enquanto povo ou nação, não difere do

---

<sup>3</sup> Sobre o “radicalismo ideológico” da militância integralista, ver TRINDADE. **Op. Cit.**, p. 271-274.

germanismo de Hitler ou das tentativas do Duce de recriar na Itália moderna o esplendor idealizado da Roma clássica. Essa linha de pensamento somada ao fenômeno da liderança carismática de Plínio Salgado com sua retórica cristã conservadora e do “culto ao líder” que se faz a partir daí (outro fenômeno típico dos modelos autoritários citados) e outros pormenores da ideologia, se farão presentes em uma série impressionante de liturgias e simbologia do movimento, do qual merece destaque o símbolo superior da AIB: o Sigma. A letra grega define o movimento, de acordo com seus membros, por ser não só o sinal para a soma (bem como o cálculo “integral”), mas também a letra com a qual os primeiros cristãos se referiam ao nome de Deus.<sup>4</sup>

Quanto à relação desenvolvida pela AIB com o Estado brasileiro, entre 1932 e 1938, pode-se dizer que foi uma relação ambígua. “As posições do integralismo alternam-se entre o cortejo, a cumplicidade e o ódio [em relação à “elite política emergente no após Revolução de 30”], cujos episódios simbólicos são: o desfile em apoio a Getúlio antes do golpe de 37, o Plano Cohen forjado no interior da AIB e o atentado ao Presidente da República no Palácio da Guanabara em 1938”.<sup>5</sup> Os dois primeiros episódios estão associados à tentativa dos integralistas de ascender ao poder, seja por meio da eleição presidencial não realizada, na qual Plínio acreditava poder se tornar o substituto de Getúlio ou ainda como cúmplice almejando participação na ditadura do Estado Novo a partir da elaboração do falso plano de “invasão comunista” que legitimou o golpe de 1937. Plínio Salgado chegou a enviar uma carta, em janeiro de 1938, para Getúlio Vargas com as condições para aceitar o cargo de Ministro da Educação.<sup>6</sup> O terceiro episódio, no entanto, é o final dramático da chamada “intentona integralista”, reação dos integralistas ao fechamento da AIB (junto com todos os partidos políticos, obrigados a se converter em “instituições culturais”) por Getúlio após a instituição do Estado Novo. A reação violenta dos “camisas-verdes” a essa “traição” de Vargas foi de tal ordem que Plínio Salgado chegou a declarar “não poder mais controlar seus adeptos” em março de 1938, quando de uma tentativa fracassada de golpe<sup>7</sup> foi logo contida pelo governo, seguida de perseguição dos integralistas envolvidos (o atentado contra a vida do presidente-ditador, posterior, se dá em Maio de 1938).

---

<sup>4</sup> Para uma explanação mais detalhada sobre a simbologia integralista ver BERTONHA, João Fábio. **Sobre a Direita: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo**. Maringá- PR: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2008, p. 265-245. A respeito das celebrações e rituais, ver TRINDADE, **Op. Cit.**, p. 188-198.

<sup>5</sup> TRINDADE, **Op. Cit.**, p. 278.

<sup>6</sup> **Idem**, p. 304.

<sup>7</sup> **Idem**.

Em Maio de 1939, por fim, Plínio Salgado se exila em Portugal. Mas esse não é o fim da ação dos integralistas na História do Brasil. Com o fim do Estado Novo, em 1945, Salgado retorna ao país e funda o PRP – Partido da Representação Popular – junto com outros integralistas históricos. Muito embora o novo partido tivesse mudado o tom do discurso político e deixado para trás o sigma, a camisa verde, os protocolos e estrutura fascista, bem como os elogios aos regimes que seguiam tais orientações (afinal de contas, a conjuntura do pós Segunda Guerra Mundial não era favorável para tal postura, ainda mais num país que lutou do lado dos Aliados), muitas das características ideológicas ainda se faziam presentes, apenas num tom mais “leve”: o nacionalismo, o conservadorismo, a religiosidade cristã. O PRP perdurou todo o período da “república populista” (1945-1964), sendo que muitos de seus membros foram amplamente favoráveis ao Golpe Civil-Militar de 64, inclusive o general do Exército Olympio Mourão – integralista histórico da década de 30 – teve participação ativa no processo de derrubada do então presidente constitucional e democraticamente eleito João Goulart. Não deixa de ser curioso reparar, portanto, que o uso que os civis ligados ao golpe fizeram da figura da dona de casa para atacar o governo na Marcha da Família com Deus para a Liberdade, às vésperas de 31 de Março possui muitas semelhanças com a forma como as alas femininas da AIB agiam, em nome de Deus, Pátria e Família. Ainda sobre esse tema, durante o governo Médici, Plínio Salgado chegou a declarar “estamos no poder”.<sup>8</sup> Por fim, ainda hoje basta uma breve consulta à internet para perceber que o integralismo não está morto<sup>9</sup> (mesmo que alguns o chamem de “neo-integralismo”), e o pior: nega e esconde o seu passado fascista.<sup>10</sup> O que só prova que o espaço das idéias conservadoras, nacionalistas e autoritárias de extrema direita nunca deixou de existir no Brasil.

## 1.2 - O jornalismo moderno e o Correio do Povo

As primeiras décadas do século XX, no Brasil e no Rio Grande do Sul, marcam o período de transição entre o jornalismo político-partidário típico do século XIX e o jornalismo informativo moderno. Essa transição se dá no âmbito das transformações econômicas e sociais da decadência do modelo agro-exportador, dos processos de

---

<sup>8</sup> BERTONHA, **Op. Cit.**, p. 284.

<sup>9</sup> Em relação aos grupos neo-integralistas de âmbito nacional, cito como exemplo a *Frente Integralista Brasileira* (<http://www.integralismo.org.br/>). Acesso em 13/11/2011.

<sup>10</sup> Sobre a memória dos militantes integralistas, ver BERTONHA, **Op. Cit.**, p. 303-313.



industrialização e urbanização e das profundas transformações políticas pelas quais o país passa, tendo como marco o movimento tenentista da década de 20 e a Revolução de 30. Em 1935, é fundada a ARI (Associação Riograndense de Imprensa), momento no qual “o novo regime jornalístico estava em consolidação. As matérias noticiosas suplantavam os artigos políticos, e as feições gráficas adquiriam as formas que, em linhas gerais, conhecemos até hoje. A circulação se ampliava consideravelmente e começava a tirania do departamento comercial sobre a redação. O pessoal envolvido na atividade se profissionalizava, transformando-se em categoria assalariada”.<sup>11</sup>

Esse momento, portanto, se caracteriza pela transformação de uma atividade até então basicamente diletante para uma preponderância das práticas, valores e aspirações capitalistas nas administrações dos grandes jornais. Se, para o jornalismo político-partidário clássico, o simples fato da publicação se auto-sustentar era o bastante; do ponto de vista do jornalismo informativo moderno, a busca por lucros e novos investimentos, assim como as tendências monopolistas no mercado dos jornais, entram na ordem do dia. De acordo com Francisco Rüdiger: “o Brasil estava vivendo uma nova fase de desenvolvimento econômico, na qual o principal aspecto era o processo de industrialização verificado a partir de 1930. Em consequência disso, houve uma expansão das atividades comerciais e do mercado interno que fomentou o desenvolvimento das modernas empresas jornalísticas, aumentando o público leitor e, de verdade, criando o negócio da publicidade, que progressivamente se tornou a primeira fonte de financiamento do jornalismo”.<sup>12</sup>

Em relação ao desenvolvimento da atividade publicitária e sua influência no novo regime jornalístico, Rüdiger observa que: “a publicidade se estrutura (...) de maneira orgânica no novo regime jornalístico, fazendo com que os jornais passem a existir para os anunciantes. Na década de trinta, surgem agências de propaganda, que estabelecem uma ligação estrutural entre o modo de produção e o consumo pela mediação nos novos meios de comunicação. Entretanto, o papel da publicidade foi contraditório. Por um lado, fomentou o desenvolvimento das empresas jornalísticas, estimulando e tornando possível sua modernização gráfica e editorial; mas, por outro, fortaleceu suas tendências

---

<sup>11</sup> RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998, p. 62.

<sup>12</sup> **Idem**, p. 63.

à concorrência monopolista, com a conseguinte concentração da imprensa em uns poucos grandes jornais”.<sup>13</sup>

Apesar de todas essas transformações estruturais, seria – no mínimo – ingenuidade imaginar que os jornais modernos, de caráter noticioso, estariam (enquanto instituições) completamente ausentes da esfera política ou ainda que estes tenham relegado por completo a disposição de possuir um posicionamento político e difundi-lo. Por mais que a “credibilidade” e a “imparcialidade” fossem valores fundamentais para atrair e manter uma clientela regular (especialmente nos novos setores urbanos da sociedade em processo de industrialização), a importância que esses veículos tomavam como grandes empresas e grupos empresariais em um mercado restrito (e, por tanto, sucessível ao estabelecimento de monopólios e oligopólios), responsável pela “formação da opinião pública”, fez dos “doutores” donos de jornais uma força política de tal ordem que legitima a idéia da imprensa como um “poder” paralelo ao Estado. E esse poder nunca deixou de ser exercido. Logo: “convém notar que essa metamorfose verificada no jornalismo não lhe tirou o aspecto político; a conquista da autonomia frente o campo político não significou sua perda, mas uma mudança de forma. A nova empresa jornalística é uma agência política que apenas não expõe seu nome”.<sup>14</sup>

Essa dissimulação do caráter político das empresas jornalísticas se fará sentir de modo ainda mais claro nos períodos de censura, tal qual a ditadura do Estado Novo varguista (1937-1945). A experiência vivida pelo jornalismo moderno brasileiro (e gaúcho), do convívio com o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão oficial de, entre outras coisas, censura do governo getulista) serviu de aprendizado para essa arte de dissimular a opiniões da redação. Assim: “o caráter político do jornalismo foi se dissimulando ainda mais, traduzindo-se em ‘políticas noticiosas’ extremamente sutis, mas eficazes no processo de modelagem da opinião pública. A racionalidade econômica tomou conta aos poucos do jornalismo rio-grandense, transformando significativamente o modo de sua influência nas relações de poder que atravessam a sociedade”.<sup>15</sup>

No Rio Grande do Sul, a história da transição rumo ao jornalismo moderno se confunde com a história do Correio do Povo. Jornal fundado em 1895, por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, desde seus primórdios o Correio primou por uma imagem

---

<sup>13</sup> **Idem**, p. 63-64.

<sup>14</sup> **Idem**, p. 64.

<sup>15</sup> **Idem**, p. 65.

“neutra” e “independente”, garantindo para si uma grande credibilidade. Sua “neutralidade” política destoava dos então predominantes jornais político-partidários, veículos normalmente associados a algum partido ou grupo político, bem como associações classistas. Na primeira edição do Correio do Povo está escrita uma declaração emblemática (republicada em várias ocasiões ao longo da história da publicação, principalmente em aniversários da sua data de fundação): “Independente, nobre e forte - procurará sempre sê-lo o Correio do Povo, que não é órgão de nenhuma facção partidária, que não se escraviza a cogitações de ordem subalterna (...). Emancipado de convencionalismos retrógrados e de paixões inferiores, procurará esclarecer imparcialmente a opinião, apreciando com isenção de espírito os sucessos que se forem desenrolando e os atos dos governantes, para censurá-los quando reprováveis, para aplaudi-los quando meritórios”.<sup>16</sup>

Essa aura de imparcialidade foi corroborada por um elemento curioso: a cor rosa. Quando da publicação da primeira edição do periódico, apenas dois anos se passavam desde o fim da Revolução Federalista (1893). Este processo histórico dividiu o Rio Grande do Sul politicamente entre “Chimangos” (ou “Pica-Paus”, governistas Republicanos, identificados pelo lenço branco) e “Maragatos” (Federalistas e oposicionistas, identificados pelo lenço vermelho), e deixou seqüelas duradouras. No campo da imprensa, à época do conflito, a esmagadora maioria das publicações que existiam no Rio Grande era um amontoado de pequenos jornais, claramente identificados com um lado ou outro, servindo mais como ferramentas para a propaganda direta do que informativos. Vestindo o sagrado manto da neutralidade política e adotando a cor rosa para a publicação preferencial de seu jornal, como clara referência aos lenços da Revolução Federalista e à imparcialidade do Correio junto às facções políticas do Rio Grande do Sul, Caldas Júnior fez um excelente trabalho de “marketing” e consolidou a marca Correio do Povo, associando-a a idéia de “um jornal em que se pode confiar”. Apesar de toda essa aura de neutralidade e da propaganda de credibilidade feita por Caldas Júnior, não foram esses os fatores realmente pioneiros de seu jornal. Na época da fundação do Correio, alguns jornais já tentavam firmar uma postura informativa moderna em oposição aos periódicos político-partidários dominantes (um bom exemplo é o, ainda hoje publicado, Jornal do Comércio).

---

<sup>16</sup> CORREIO DO POVO, 01 de Outubro de 1895. Este artigo, escrito pelo próprio Caldas Júnior, foi republicado na edição comemorativa de 41 anos do jornal, em 1936. Como as demais citações diretas do jornal a serem feitas aqui, esta teve a sua grafia atualizada.

Tomando emprestadas essas aspirações e seguindo essa fórmula, o verdadeiro segredo do sucesso do Correio do Povo, em verdade, foi outro: “a novidade do jornal e o principal fator do seu sucesso não se encontra na magia de seu texto ou conteúdo editorial, mas sim na postura empresarial assumida por seu proprietário e diretor diante do negócio. (...) Em geral, os jornais independentes da época constituíam empresas apenas no nome. (...) e seu cunho era mais diletante e estatutário do que empresarial e capitalista”.<sup>17</sup> Caldas Júnior lançou o seu jornal investindo em melhorias técnicas, abrindo espaço para expressão de intelectuais gaúchos, adaptando-se ao que havia de mais moderno na imprensa nacional e internacional, objetivando a conquista do mercado de jornais de Porto Alegre: “Caldas Júnior (...) fez sucessivas reformas em suas oficinas, com vistas à redução de custos e ao aumento da produtividade; procurou equiparar os padrões gráficos do jornal aos mais modernos do País, aumentando o número de páginas e o formato da folha, sem custos adicionais para o leitor. Em 1910, finalmente, montou a primeira impressora rotativa no Estado e, nos anos seguintes, as quatro primeiras linotipos, complementando um ciclo de renovação e re-investimentos que elevou a tiragem do jornal dos mil exemplares, iniciais, para dez mil, em 1910”.<sup>18</sup>

Essas melhorias e o aumento da tiragem estavam diretamente ligados à administração empreendedora de Caldas Júnior e ao processo mais amplo, que ligava os novos jornais a grupos de publicidade, valorizando os anúncios e anunciantes (financiadores do jornalismo moderno) criando o próprio mercado consumidor. Conforme nos mostra Rüdiger: “o Correio do Povo conquistou rapidamente assim a hegemonia no mercado de jornais. A redução dos custos permitiu um notável acréscimo nos pequenos anúncios, trazendo um conseqüente aumento de vendas, que criou os leitores para os grandes anunciantes”.<sup>19</sup>

A ascensão do Correio (a partir dessa lógica empresarial e melhorias técnicas) chamou a atenção da sociedade porto-alegrense como um todo e, particularmente, dos envolvidos no meio da publicação de jornais e periódicos. Em setembro de 1922, o redator da folha “A Época” dizia surpreso: “trata-se de um jornal meramente informativo; nem sequer tem opinião própria nos graves casos em que se envolve a opinião pública, na medida em que ‘se limita a narrar os acontecimentos’”.<sup>20</sup> Essa declamada neutralidade, no entanto, não resiste a uma análise mais aprofundada. A

---

<sup>17</sup> RÜDIGER, **Op. Cit.**, p. 59.

<sup>18</sup> **Idem**, p. 59.

<sup>19</sup> **Idem**, p. 59-60.

<sup>20</sup> A ÉPOCA, 18 de Setembro de 1922.

imprensa moderna, a “grande mídia”, ao se constituir de uma grande empresa (em muitos casos, um conglomerado monopolista/oligopolista) e se inserir numa lógica de mercado, passa a representar um determinado setor (dominante) da sociedade, com uma ideologia e interesses próprios. A “modernização” dos meios de comunicação, nesse período, portanto, não se traduz em uma retirada do posicionamento político dos jornais, mas sim numa mudança na forma de expressá-lo, levando em conta o novo contexto. “Caldas Júnior descobriu que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito, que havia uma mutação em curso nas necessidades do público e no próprio espectro deste público, estabelecendo novos termos para a concorrência no mercado de jornais”.<sup>21</sup>

Entendendo o *Correio do Povo* como representante dos grupos dominantes da sociedade gaúcha, torna-se mais fácil compreender seus posicionamentos políticos (mais ou menos explícitos) acerca da política nacional e internacional. Embora o jornal seja descrito em termos ideológicos como liberal<sup>22</sup> e conservador<sup>23</sup>, nota-se no período estudado um tom que, muitas vezes, enaltece regimes de força e seus líderes (como a Itália de Mussolini) e movimentos nacionalistas de extrema direita (como a AIB – Ação Integralista Brasileira). Essa “aproximação” deve ser entendida dentro de seu contexto dos anos 20 e 30, que é marcado pela ascensão das idéias socialistas e/ou comunistas em termos globais. A “sombra” da URSS (pouco ou nada foi afetada pela Grande Depressão que fez ruírem muitas economias nacionais do ocidente) crescia conforme os partidos comunistas cresciam, e o socialismo passou a servir de modelo e opção ao liberalismo em crise, desacreditado na economia e na política. O Brasil não esteve de fora dessas transformações, sendo a Revolução de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, com seu discurso centralizador, nacionalista e “desenvolvimentista” a forma como o país se adaptou à nova conjuntura internacional. Nesse contexto, apesar de suas peculiaridades e diferenças ideológicas, o *Correio do Povo* manteve “ótimas relações com o governo federal”,<sup>24</sup> enquanto este se apresenta como um inimigo da “influência

---

<sup>21</sup> RÜDIGER, **Op. Cit.** p. 66.

<sup>22</sup> [O *Correio do Povo*] “posicionou-se sempre em defesa do que classificava com letras maiúsculas em editoriais ideologicamente decisivos: Liberdade, Democracia, Livre Iniciativa (...)”. In: GALVANI, Walter. **Um Século de Poder: os bastidores da Caldas Júnior**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p. 537.

<sup>23</sup> O ex-articulista do *Correio do Povo*, Oswaldo Goidanich, classificou o periódico como “um jornal conservador com uma abertura liberal”, classificação com a qual concordamos plenamente. Depoimento retirado de: DILLENBURG, Sérgio. **Correio do Povo: história e memórias**. Passo Fundo: Ediupf, 1997, p 137.

<sup>24</sup> GALVANI, **Op. Cit.**, p. 335.

soviética” (particularmente no período que vai da Intentona Comunista, em 1935, ao golpe do Estado Novo em 10 de novembro de 1937). Sobre o golpe que Vargas deu em si mesmo, o jornal de Caldas Júnior escreveu: “considerando-se os acontecimentos internacionais, sobretudo aqueles que se prendem às tentativas de segurança e defesa nacionais, observar-se á, mesmo o espírito mais displicente à sorte de outros povos, que a reação contra a infiltração comunista se espalha e se aprofunda no ânimo de todas as nações que, efetivamente, querem colocar as suas instituições e as suas tradições espirituais a salvo da dominação terrorista da Rússia Soviética (...). Travando conhecimento direto e indireto com esse perigo é que o Brasil deu a dez de novembro o seu passo decisivo na defesa das suas instituições e do seu povo”.<sup>25</sup>

Por este excerto, é fácil perceber a presença do elemento anticomunista na linha editorial do Correio do Povo. No entanto, conforme pretendemos demonstrar nesse trabalho, a visão de mundo que dirigia as opiniões do jornal não se limitava à crítica ao bolchevismo, mas a todo e qualquer “extremismo<sup>26</sup>”. Dessa forma, o jornal se posicionava em ao lado do governo Vargas, que apesar de ditatorial, acabou por adotar um discurso contrário aos “extremismos políticos”, tanto à esquerda (PCB, ANL) como à direita (AIB). Outro aspecto curioso dessa proximidade entre o Correio e o governo de Getúlio Vargas, inclusive durante a ditadura do Estado Novo, é apontado por Rüdiger: “a ditadura varguista proibiu os partidos políticos e suspendeu a publicação de seus órgãos de imprensa, forçando a transformação em periódicos noticiosos daqueles interessados em manter sua sobrevivência. Em consequência disso, houve a consolidação do novo regime jornalístico, mas também a consagração da hegemonia do Correio do Povo (...) na imprensa do Rio Grande do Sul. Para se ter noção disso, basta notar que, num período de vinte e cinco anos, a contar daquela data, a participação dos jornais porto-alegrenses no total da tiragem de jornais do Estado passou de 25 para 60%. A política era base de sustentação do jornalismo interiorano, quando ela entrou em eclipse, a atividade sofreu uma profunda crise. Nessa época, com efeito, os velhos jornais foram desaparecendo, apesar das tentativas de se modernizarem”.<sup>27</sup>

A essa “ajuda” que o governo Vargas deu aos jornais da capital (além do Correio, o seu rival Diário de Notícias também tirou ampla vantagem da situação) em detrimento aos do interior, soma-se o fato da própria defasagem técnica e econômica destes em

---

<sup>25</sup>CORREIO DO POVO, 21 de Novembro de 1937, p. 5.

<sup>26</sup> A postura “anti-extremista” do Correio será retomada com mais detalhes no capítulo 2 deste trabalho.

<sup>27</sup> RÜDIGER, **Op. Cit.** p. 67.

relação aos grandes jornais de Porto Alegre. Por fim, o avanço das técnicas de distribuição e nos transportes (inicialmente pelas vias férreas, mais tarde também por avião) já vinha permitindo uma sistemática e poderosa infiltração dos grandes jornais porto-alegrenses nas cidades do interior, reforçando seu status de “poder” local e criando, ao longo do tempo, uma imprensa estadual sob as mãos de um grupo diminuto de empresas (em detrimento de vários cenários municipais, com interesses próprios). A “morte” dos periódicos interioranos (bem como da mídia político-partidária em geral) tem por conseqüência o estabelecimento do oligopólio dos grandes jornais, sendo o Correio do Povo o maior deles no estado do Rio Grande do Sul, e tendo mantido essa posição incontestada até a década de oitenta.<sup>28</sup>

Ainda assim, as relações do periódico com o poder nem sempre foram pacíficas. No âmbito local, justamente por ter adotado uma postura “varguista”, o Correio do Povo entrou em atrito com o governo Flores da Cunha: “o Correio do Povo (...) nunca foi um jornal apolítico, como reza sua lenda. Durante a década de trinta (...) envolveu-se num sério conflito com o Governo Flores da Cunha. Breno Caldas decidira apoiar (...) o projeto varguista de desenvolvimento capitalista para o País, cujos termos centralizadores haviam gerado uma dissidência com Flores. O Correio passou a publicar então uma série de notícias e reportagens negativas sobre o governo. O governador proibiu a distribuição dos jornais pela viação férrea e organizou uma campanha de devolução de assinaturas entre os membros do Partido Republicano Liberal. Além disso, mandou cortar a publicação de anúncios e atos oficiais no jornal, através de medida que incluía as prefeituras (...). Para sua direção, o jornal estava simplesmente noticiando fatos, cabendo à opinião pública tirar suas conclusões”.<sup>29</sup> Esse episódio é emblemático na história do Correio do Povo. Fora a única vez, ao longo de toda a Era Vargas, que o jornal sofreu alguma censura política. Curiosamente, ela não partiu do DIP ou do governo central, que o jornal apoiava, mas do poder local.

---

<sup>28</sup> Para uma rápida e interessante visão do papel de “poder” do Correio do Povo exercido nas décadas de 40, 50 e 60 pelo seu dono, “doutor” Breno Caldas (filho do fundador Caldas Júnior) é altamente recomendado o especial da TV Guaíba de 2003 sobre a História do jornal, com a participação de três ilustres jornalistas históricos de seu meio: Walter Galvagni (de quem recomendamos também a obra “Um século de Poder” aqui citada), José Bacchieri Duarte e Flávio Alcaraz Gomes. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=0FoC04P2kAU> (acesso em 03/11/2011).

<sup>29</sup> RÜDIGER, **Op. Cit.** p. 64.

### 1.3 - Breves reflexões sobre História e Imprensa

Uma vez que essa pesquisa toma um jornal (o Correio do Povo) como, ao mesmo tempo, fonte e objeto de estudos, tornam-se necessárias algumas reflexões teóricas e metodológicas acerca das relações entre História e imprensa. Um primeiro passo importante seria conceituar o jornalismo, mais especificamente o dito “jornalismo moderno”, possibilitando assim um entendimento do seu papel social e suas contribuições (e limitações) para o estudo de um determinado passado.

Compactuamos aqui com o que foi defendido por Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, que definiram “jornalismo” como “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”.<sup>30</sup> No entanto, julgamos necessária a ressalva de que essa “manipulação” e esses “interesses” são plurais, uma vez que os jornais (cada vez mais) possuem um corpo editorial que, apesar de ter sim uma determinada linha, sofre variações pela sua heterogeneidade. Conforme diz Tânia Regina de Luca: “jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (...). Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos (...). Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário”.<sup>31</sup>

Dessa forma, podemos concluir que o fato de um periódico possuir uma determinada “linha” editorial não exclui a possibilidade de grupos heterogêneos entre seus editores ou colaboradores que destoem da linha. Por outro lado, a existência desses indivíduos ou grupos dissonantes não representa a inexistência de uma tendência mais ampla, ou uma tentativa de impor uma, geralmente representada pela vontade do dono da publicação. O conhecimento dos agentes individuais desse processo (colaboradores ocasionais ou assíduos, bem como o corpo editorial) e sua relação com o jornal como um todo é fundamental para o pesquisador. Sem tal conhecimento ele pode incorrer em sérios erros de interpretação, tais quais atribuir ao jornal uma opinião que não é de fato

---

<sup>30</sup> CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p.19.

<sup>31</sup> LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 140.



representativa dele como um todo ou ainda concluir ingenuamente que o jornal é “imparcial” pela constatação de uma ou outra dissonância entre os redatores, editores e colaboradores. Essa “vontade” do dono da publicação, por sua vez, acaba por gerar a ideologia da publicação.

Partindo do conceito de Marilena Chauí, no qual ideologia é a “transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (...) também domina no plano espiritual”.<sup>32</sup> O uso de tal conceito de ideologia pressupõe a participação do jornalismo nesse processo de propagação das idéias da classe dominante. Tal pressuposto é facilmente perceptível quando trabalhamos com o jornalismo moderno que se estabelece no começo do século XX, caso aqui estudado. A natureza empresarial dessas publicações, que se estabelecem como grandes grupos comerciais, e inserem seus donos no rol da burguesia ascendente e seus leitores como consumidores e público alvo. A informação, por fim, é uma mercadoria. Assim sendo, nada mais natural que esses veículos reproduzam as idéias da classe na qual seus donos se encontram.

Nem sempre, como vimos, o grupo que compõe a redação dessas publicações se mantém perfeitamente na “linha” editorial-ideológica desejada por seu proprietário. Nesses casos, ocorre o processo (cada vez mais comum, diga-se de passagem) de “saneamento ideológico”, conceito definido por José Arbex Jr.<sup>33</sup> como uma espécie de expurgo entre o conjunto de jornalistas do periódico, seguido de um modelo de alta rotatividade nos quadros cujo objetivo é ressaltar sempre o “caráter empresarial” da companhia.

Retornando à obra de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, julgamos importante destacar aqui o processo de flexibilidade ideológica, supostamente contraditório, identificado pelas autoras ao analisar o discurso e a ideologia do periódico O Estado de São Paulo, entre 1927 e 1937 (período bastante próximo ao estudado aqui para o Correio do Povo e uma publicação de vulto similar, guardadas as devidas proporções e diferenças entre o mercado de jornais gaúcho e paulista). Escrevem as autoras, que “se os representantes do jornal sempre se preocuparam em mostrar ao seu público leitor ‘o que é ser liberal’, preocuparam-se também em alertá-lo de que, em determinados momentos, ‘é preciso deixar de ser liberal’”.<sup>34</sup> Este parece ser o tom da

---

<sup>32</sup> CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 85.

<sup>33</sup> ARBEX JR., José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

<sup>34</sup> **Idem**, p. 108.

grande imprensa da época, inclusive o do Correio do Povo. O contexto de avanço dos extremos políticos (tanto à esquerda, como à direita) faz com que essas publicações, representantes da ideologia (liberal e conservadora) dos grupos socialmente dominantes, optem por um caminho aparentemente estranho a suas idéias, mas que visava a preservá-los em sua essência, ao combater o “inimigo comum” identificado no avanço da “ameaça comunista”. Nessa mesma linha, Gerson Wasen Fraga, ao pesquisar o posicionamento do Correio do Povo frente à Guerra Civil Espanhola (1936-1939), afirma que: “assumindo o caráter de local de poder já no princípio do século XX, a grande imprensa brasileira atuou na década de 30 como um importante elemento de divulgação a serviço de ideários liberais ou conservadores. Forneceu também espaço para a legitimação de práticas políticas baseadas no autoritarismo e na centralização, sobretudo a partir do momento em que as ideologias identificadas como ‘vermelhas’ ou ‘exóticas’ passaram a ser reconhecidas como inimigas comuns àqueles ideários”.<sup>35</sup> A obra de Fraga contribui para a escolha de conceitos que ajudem a analisar a grande imprensa. Segundo o autor, há um “duplo papel” exercido pelo grande jornalismo empresarial: o de instrumento ideológico e o de instrumento pedagógico.<sup>36</sup> Por “instrumento ideológico” entendemos o papel do grande jornal, a partir do momento em que se constitui de uma grande empresa, de refletir a ideologia dos grupos socialmente dominantes. Nesse contexto, esses veículos de comunicação disputam a influência sobre um “público alvo” que também é mercado, uma vez que o jornalismo passa a ser também um negócio. A concorrência desigual estabelecida a partir da formação de conglomerados empresariais da informação (cada vez mais “multimídias”) transforma esses periódicos em “locais de poder”, com tendência a reafirmar o status quo da sociedade: “estando assim sob o controle de um grupo numericamente pequeno, porém coeso em sua preponderância, a grande imprensa acaba por se constituir num inestimável instrumento de manutenção da ordem sócio-econômica (...). Dessa forma, os grandes jornais têm na conservação das estruturas nas quais se inserem um limite bem demarcado, [limite] o qual não ultrapassam, sob pena de entrar em contradição com sua condição de agentes de representação de interesses e intervenção na vida

---

<sup>35</sup> FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e Vermelho: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal *Correio do Povo* (1936-1939)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS/PPG em História, 2004, p. 11.

<sup>36</sup> FRAGA, **Op. Cit.**, p. 22-34.

social. Assim, eventuais demandas populares encontrarão espaço em tal meio desde que não representem ameaça para a ordem social constituída”.<sup>37</sup>

Já o conceito de instrumento pedagógico do grande jornal parte da idéia do uso que tais periódicos fazem da informação para a doutrinação, a formação de opinião de seus leitores. É importante ressaltar aqui todo o caráter quase “didático” utilizado na apresentação de determinadas notícias, a partir da simplificação de fenômenos sociais, da utilização de recursos gráficos e imagéticos, do enfoque das manchetes, bem como dos juízos de valor implícitos ou explícitos, que agem a partir da credibilidade do jornal e da ilusão de neutralidade. Nesse âmbito, dois aspectos merecem destaque: o primeiro é a escolha editorial e o segundo é o processo de fragmentação do acontecimento.

Sobre a escolha editorial, é importante o lembrete de Tânia Regina de Luca, de que: “a imprensa periódica seleciona, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”.<sup>38</sup> Outra pesquisadora do assunto, Marialva Barbosa, enfatiza as consequências de tal ato dizendo que: “os meios de comunicação, ao selecionarem o que se passa no mundo, o que vai ou não ser notícia, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo estão, na verdade, procedendo à criação do próprio acontecimento. (...) Os impressos são, sobretudo, documentos e como tal, monumentos da memória”.<sup>39</sup>

A respeito da fragmentação do acontecimento, trata-se de um processo que se dá a partir de técnicas discursivas, visando a legitimar um determinado ponto de vista ou uma determinada argumentação. Como ressalta Heloísa Dias: “as estratégias narrativas utilizadas na composição das estórias, ou seja, na transformação dos eventos em notícias, fragmenta a informação e legitima uma única fração da realidade, tornando-a, desse modo, a verdade dos fatos. Essa notícia fragmentária representa a totalidade, configura o verdadeiro real, e assim, ao descrever e interpretar o cotidiano desconhecido, [ela] legitima imagens dominantes e contribui para a composição do cotidiano privado do indivíduo”.<sup>40</sup>

Por fim, algumas considerações metodológicas sobre o uso da imprensa como fonte devem ser feitas. Cláudio Elmir, em artigo publicado pelo programa de pós-graduação

---

<sup>37</sup> **Idem**, p. 24.

<sup>38</sup> LUCA, **Op. Cit.**, p.139.

<sup>39</sup> BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia; MOREL, Marco (orgs.). **História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho - 100 anos. Anais do Colóquio**. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1997, p. 87.

<sup>40</sup> DIAS, Heloísa. Estratégias narrativas e imagens da política: a eleição municipal de 1996 na primeira página do jornal *O Globo*. In: NEVES, MOREL (orgs), **Op. Cit.**, p.70.

desta universidade, elenca uma série de precauções que o historiador deve tomar ao trabalhar com tal material. Entre elas, o uso de um grande número de edições do periódico pesquisado, visando a encontrar constância de idéias a serem apresentadas como “do jornal”. Particularmente sobre este ponto, devemos acrescentar que em alguns casos (como esta pesquisa) mesmo um grande número de edições pode não conter um grande número de posicionamentos explícitos do periódico sobre a questão estudada, o que restringe as afirmações e conjecturas possíveis. Outro sábio conselho de Elmir é o de recorrer à bibliografia do período e do tema abordado, municiando-se de uma contextualização consistente e não tratando o jornal como “fonte única”. Além disto, é fundamental ao historiador aplicar uma leitura meticulosa dessas fontes, sempre levando em conta que ele não se constitui no leitor-modelo ao qual o texto se destinava, evitando a armadilha representada pelos seus próprios preconceitos ao lidar com um marco temporal mais afastado<sup>41</sup>. Além dessas advertências, que foram muito úteis na fase de levantamento das fontes desta pesquisa, algumas considerações de Tânia Regina de Luca também encontraram eco no processo de criação deste trabalho. O peso da presença de censura<sup>42</sup> em determinados momentos históricos (representada, no caso estudado, pelo DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda - do Estado Novo varguista, a partir de 1937), e suas consequências diretas ou indiretas (na prática da “autocensura”, por exemplo) no tom dos jornais da época. Outro destaque válido da autora é aquele dado às condições de produção do jornal enquanto produto, pois: “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. Óbvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto de problema: as funções sociais desses impressos”<sup>43</sup>.

E, por fim, a importância de saber localizar e caracterizar o espaço dado pelo periódico a cada notícia, artigo ou nota. “O pesquisador dos jornais e revistas (...) trabalha com o que se tornou notícia (...) será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa (...) ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal

---

<sup>41</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: **Cadernos de Estudo**, n 13. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1995, p. 19-29.

<sup>42</sup> LUCA, **Op. Cit.** p. 129.

<sup>43</sup> **Idem**, p. 132.

ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas”.<sup>44</sup>

#### **1.4 - O integralismo no Correio do Povo: visão panorâmica**

A presença da Ação Integralista Brasileira nas páginas do Correio do Povo nos ajuda a entender tanto a própria AIB, quanto a forma como a sociedade, os intelectuais e mesmo um grande jornal como o Correio manifestavam-se diante de sua criação, ascensão e queda no cenário político brasileiro. Esse processo, gradual e mutante, inicia-se com a própria formação do grupo, originado da Sociedade de Estudos Políticos em 1932, e prossegue até a sua dissolução em 1937 e a Intentona de 1938. É importante ressaltar que, durante todos esses anos, o jornal de Breno Caldas evitou posicionar-se diretamente quanto aos integralistas, publicando incontáveis notas da própria AIB, muitos artigos (alguns pagos) de crítica ou de propaganda e extensas coberturas jornalísticas dos principais eventos envolvendo os camisas-verdes, mas apenas cinco editoriais sobre o tema ao longo dos sete anos de existência do Sigma (e, ressalte-se, em momentos muito oportunos). Dessa forma, fica evidente o esforço da redação em manter a aura de neutralidade que o Róseo ostentava desde sua fundação.

A primeira referência a Plínio Salgado e seu grupo é feita de modo indireto, num artigo de Fernando Callage, publicado no mês de inauguração da AIB<sup>45</sup>. Callage, em seu texto intitulado “A Nova Mentalidade Brasileira”, faz uma ode ao sentimento nacional, necessário para a construção de uma nação digna. Comenta, ainda, que uma “consciência nova de brasilidade” estaria surgindo e cita Plínio Salgado e seu “belo movimento nacionalista” como um exemplo desse momento histórico. Callage, que escreveu artigos regularmente, como colaborador do Correio do Povo, ao longo de todo o período estudado. Era um intelectual de renome, de origem gaúcha, mas residente em São Paulo. Fora membro da SEP (Sociedade de Estudos Políticos), grupo de intelectuais formado por Plínio Salgado e embrião da Ação Integralista Brasileira. No mesmo dia em que seu texto foi publicado, Callage estava em no evento de inauguração da sede da AIB, onde foi palestrante junto com Plínio, Gustavo Barroso e Miguel Reale (conforme noticiou o próprio Correio do Povo, em nota do dia seguinte).<sup>46</sup> Não era um integralista

---

<sup>44</sup> **Idem**, p. 140.

<sup>45</sup> CORREIO DO POVO, 28 de Outubro de 1932, p. 3.

<sup>46</sup> CORREIO DO POVO, 29 de Outubro de 1932, capa.

de fato, mas um simpatizante. É interessante observar que artigos “nacionalistas” como este eram muito comuns na época, marco de um momento histórico no qual o pensamento “regional” era visto com desprezo, identificado com o passado atrasado da Primeira República, ao passo que a “construção da nação” estava na ordem do dia para os intelectuais após a Revolução de 30. Havia um entendimento comum, à época, de que o Brasil não apenas passava por profundas mudanças, como se inseria num contexto maior, onde as nações ocidentais viam-se forçadas a reformas para sair da Grande Depressão, e todos os caminhos passavam pelo fortalecimento do Estado (legitimado, ideologicamente, por uma idéia positiva de nação). Desse modo, os “exemplos europeus” eram freqüentemente apontados e comentados pelos intelectuais que colaboravam com o Correio do Povo, assim como pela própria redação do jornal. Embora houvesse uma ou outra crítica pontual, por exemplo, a Itália de Mussolini era freqüentemente caracterizada como “grandiosa” e “moderna”, sendo seu líder visto repetidamente como um “grande homem”. Nesse contexto, artigos com títulos como “A Itália Nova”,<sup>47</sup> se faziam recorrentes, especialmente em função do aniversário de 10 anos da Marcha sobre Roma (1922). O ambiente, portanto, parecia extremamente propício para a divulgação das idéias integralistas. No entanto, não foi o que ocorreu de imediato.

Apesar deste cenário favorável, os adeptos do Sigma não eram assunto para o Correio do Povo. Após o artigo de Fernando Callage e a nota, recém citados, a AIB só voltaria a figurar no periódico em Janeiro de 1934 (um lapso, portanto, de mais de ano). Podemos creditar essa ausência pelo fato do grupo ainda ser pouco conhecido, estando praticamente restrito a pequenos núcleos em São Paulo e no interior paulista, sem grande penetração no Rio Grande do Sul. De fato, é no ano de 1934, que ocorrem eventos significativos para os camisas-verdes: o congresso de Vitória-ES, os primeiros desfiles com milhares de participantes, a criação do jornal “A Ofensiva”, etc.<sup>48</sup> Em Porto Alegre, foi o ano da visita de Plínio Salgado à capital gaúcha, causa e conseqüência de um surto de fundações de núcleos integralistas (principalmente no interior). Tal crescimento não passaria despercebido pelo Correio do Povo, que cobriu amplamente não só a vinda de Plínio para o sul, mas também os conflitos armados em São Paulo entre integralistas e comunistas, além de publicar uma série de notas artigos de membros da AIB pela primeira vez em suas páginas (e também artigos de

---

<sup>47</sup> CORREIO DO POVO, 07 de Outubro de 1932, p. 3.

<sup>48</sup> TRINDADE, *Op. Cit.*, p. 294-296.

intelectuais locais, alguns de peso, se posicionando a favor ou contra o Sigma). Alguns desses artigos e notícias, inclusive, serviram de foco para debates calorosos nas páginas do jornal, que divulgava dia a dia, semana a semana as réplicas e trélicas dos intelectuais (integralistas e não-integralistas) que se digladiavam nas páginas, evitando sempre publicar a sua própria opinião e funcionando como uma espécie de “arena política”, um espaço aparentemente bastante “democrático” de debate intelectual e ideológico.

Entre 1934 e dezembro de 1937 (fechamento da AIB em função do decreto-lei que proibia os partidos políticos no incipiente Estado Novo varguista), curiosamente, nenhum outro debate desse tipo foi encontrado nas páginas do Correio. Mas o integralismo seguiu como um tema recorrente, a exemplo das centenas de notas (que divulgavam reuniões, fundação de núcleos, desfiles, etc.), que eram inicialmente veiculadas junto das “notícias de São Paulo” ou “política paulista” (chamadas comumente usadas no periódico desde o movimento constitucionalista de 32) e ao longo de 34 passaram a ter uma chamada própria: “Ação Integralista Brasileira”. Com a reformulação da AIB em 1936 e a criação de uma Secretaria de Imprensa, esta passou a ser responsável por preparar e enviar as notas ao jornal, que simplesmente reproduzia-as sem adicionar um ponto ou uma vírgula. Esta mesma secretaria, quando não integralistas regionais notórios em pessoa, comprava espaços no jornal para publicar textos de propaganda política (geralmente, re-edições de originais publicados no carioca “A Ofensiva”), marcados como “a pedidos”. Entre esse tipo de publicação, encontramos textos do próprio Chefe Nacional pronunciando-se, por exemplo, em relação aos integralistas mortos em conflitos armados com “elementos comunistas” e, posteriormente, membros da ANL, ou ainda sobre a o próprio perigo do “avanço vermelho” na época da Intentona Comunista (1935), elogios ao governo Vargas pela repressão aos “bolchevistas” e pronunciamentos em defesa dos camisas-verdes quando da propaganda anti-extremista do governo a partir de 1935-36 (que resultou, antes mesmo do Estado Novo, no fechamento de núcleos, escolas e da milícia integralista nos estados de Santa Catarina e na Bahia). Até mesmo uma cartilha integralista<sup>49</sup> foi publicada, a pedidos, trazendo a definição da doutrina para uma série de conceitos políticos, visando “educar a distância” os militantes. Em outro modelo, um texto de Dario de Bittencourt saiu na “seção livre”,<sup>50</sup> uma espécie de “direito de resposta”, do

---

<sup>49</sup> CORREIO DO POVO, 05 de Outubro de 1934, p. 5.

<sup>50</sup> CORREIO DO POVO, 28 de Junho de 1935, p. 13.

Correio do Povo, para desmentir um boato sobre a participação (e liderança) de Arthur Bernardes no movimento. Em meio a tudo isso, artigos e editoriais assinados por colaboradores, sejam integralistas (nem sempre se limitando à pura propaganda do movimento, mas também falando sobre o petróleo ou a pecuária, de uma perspectiva nacionalista, é claro), simpatizantes e críticos (assim como críticos de “toda forma de extremismo”, que tentavam associar a AIB ao comunismo no que diz respeito ao radicalismo dos métodos – linha de pensamento que o Correio assumirá após a Intentona de 1938), mas nenhum posicionamento direto do próprio jornal.

O ano de 1938 inicia-se com a AIB fechada, transformada em “centro cultural”, após ser decretado o fim dos partidos políticos no Brasil em dezembro de 37. Nem por isso, os seguidores de Plínio Salgado deixaram de ser notícia. Em Março e Maio, duas sublevações que passaram a ser conhecidas como Intentona Integralista falhou na tentativa de tomar o poder e realizar a “revolução integral” à força. Os acontecimentos, que contaram até com a tentativa de assassinato do presidente Getúlio Vargas e a posterior perseguição dos militantes camisas-verdes (e culminou com o exílio do Chefe Nacional em Portugal, em 1939), não passaram despercebidos pelo Correio do Povo. Além de uma longa, detalhada (e até um tanto quanto sensacionalista) cobertura dos acontecimentos, esses eventos desencadearam uma segunda leva de editoriais não-assinados (ou seja: escritos pela própria redação do jornal). Os quatro editoriais, carregados com um profundo tom de indignação, somam-se ao solitário editorial de 34, quando os integralistas eram a vítima dos comunistas. Juntos, esses cinco artigos trazem alguns indícios do que poderíamos chamar de “a opinião do jornal”, embora devamos ressaltar que foram (provavelmente de modo estratégico) publicados em momentos bastante oportunos para manifestar opiniões (um após a morte de militantes em conflito com comunistas, outro após a Intentona), sejam elas em defesa ou atacando os camisas-verdes. Isso é, ao nosso olhar, muito mais uma tentativa de se manter fiel a uma tradição e uma reputação de “neutralidade” e uma forma de acobertar sua opinião, do que uma comprovação da inexistência de opinião do jornal.

A escolha destes editoriais como objeto de estudo privilegiado (assim como os artigos que compõe os estudos de caso, trabalhados mais adiante), se deu pelo caráter diferenciado que eles apresentam. Certamente também seria de boa contribuição para o trabalho uma análise mais detalhada dos demais editoriais, textos pagos e mesmo notas, mas isso exigiria um trabalho de maior fôlego e – ainda assim – correríamos o risco de perder o foco, que é tentar entender o posicionamento do jornal em relação ao



integralismo. De qualquer maneira, as várias formas de matéria envolvendo o integralismo que tomaram corpo no Correio do Povo podem vir a interessar outros pesquisadores interessados na temática. Os números, de fato, são abundantes. Nos periódicos consultados, se somarmos editoriais, matérias pagas, reportagens, notas, etc., foram encontradas mais de trezentas referências à AIB entre Outubro de 1932 e Maio de 1938. Material, portanto, é o que não falta para futuras investidas no assunto.

## CAPÍTULO 2

### 2.1 - Estudo de caso: os editoriais do Correio do Povo

O primeiro artigo escrito pela própria redação do Correio do Povo a defender um posicionamento quanto à AIB é um editorial, intitulado “Integralistas e Comunistas”,<sup>51</sup> publicado após os conflitos de 1934 em São Paulo. Lá está escrito que “pela seqüência dos casos havidos se conclui que os integralistas (...) estão sendo alvo dos comunistas. Já por duas vezes, caem em São Paulo, vítimas dos vermelhos, moços pertencentes a uma agremiação digna, a todo ponto, do respeito de outros adversários leais que não sejam os fanáticos pelas doutrinas econômicas de Karl Marx.” Muito embora os integralistas, que foram atacados por “elementos” comunistas (termo do jornal) durante desfiles, tenham revidado com membros de sua milícia e gerado uma troca de tiros, o jornal não pára para questionar o fato dos camisas-verdes andarem armados ou mesmo o fato do grupo ter uma milícia organizada e treinada militarmente. Limita-se a apontá-los como “alvos” e criticar os comunistas “fanáticos”. O jornal reconhece, no entanto, que “o sacrifício é a melhor propaganda” e que os integralistas constituem um “extremismo nacionalista”, visado pelos “vermelhos”, pois: “em outro programa pode ser-lhe contraposto, capaz de atear o entusiasmo e de promover heróis, com outra auréola, mais nobre do que a dos que, brutal e cruelmente, se deixam matar em nome da anarquia, em nome do terror internacional”. A existência, e mesmo a adoção em alguns países, de um “extremismo nacionalista” passa a ser um fenômeno “explicável, mesmo que injustificável para muitos”. Desta maneira, observando o cenário mundial e o que começa a ocorrer no Brasil, o Correio chega a conclusão: “a criação do fascismo, como a do hitlerismo não passam de reações contra o comunismo. Na Itália ou na Alemanha o comunismo esbarra contra duas barreiras formidáveis, contra dois diques humanos que contém a invasão vermelha. No Brasil, tenta-se movimento igual. Tanto é igual que contra ele já se assanham os comunistas (...). Grandes responsabilidades cabem aos integralistas, em seu ponto de vista elevado”. A responsabilidade de cumprir o papel de “dique humano”, de “barreira formidável”. Parece claro, portanto, que o integralismo cumpre – na visão do Correio do Povo – um papel importante, mesmo que não

---

<sup>51</sup> CORREIO DO POVO, 09 de Outubro de 1934, p. 3.

compreendido por muitos (um “mal necessário” na pior das hipóteses). A radicalização da situação política no Brasil, cuja culpa recai apenas na extrema-esquerda, seria a prova disso.

Três anos e alguns meses depois, entretanto, a “barreira formidável” havia se transformado justamente naquilo que deveria conter: um movimento subversivo. Após a Intentona de 1938, o Correio do Povo volta a se manifestar abertamente a respeito do integralismo, dessa vez com um tom completamente diferente. De “vítima”, o sigma passou a “réu”. O primeiro editorial publicado pós-Intentona chama-se “Madrugada de Sangue”,<sup>52</sup> e foi às ruas no dia seguinte à tentativa de assalto ao Catete. Suas primeiras linhas são de exaltação ao governo Vargas e ao momento vivido pelo Brasil então na ditadura desenvolvimentista do Estado Novo: “quando o Brasil está vivendo uma fase em que se pretende corrigir os erros e as negligências do passado com uma política de realizações fecundas, amparadas no prestígio da autoridade, uma aventura de ambição e de sangue acordou, ontem, a metrópole da República, tingindo de sangue a madrugada carioca e abalando, pela sua brutalidade, a nação inteira”. O ataque foi classificado como “covarde”, a defesa de “brava e heróica” e o povo brasileiro como “indignado” diante de tal violação das instituições. Nada a favor dos seguidores de Plínio Salgado ou da tentativa de assassinato de Getúlio, muito menos da idéia de Revolução Integral, mas se o principal argumento para criticar os integralistas da intentona foi o fato das instituições terem sido “violadas brutalmente”, o Correio não deveria estender essa crítica ao próprio governo ditatorial de Getúlio Vargas, que também “violou as instituições” ao dar o golpe do Estado Novo, ignorando as eleições previstas na constituição de 1934 e todo o trabalho da constituinte? Obviamente, o periódico jamais fez essa crítica ao governo Vargas, entre outras coisas pela existência de um órgão censor, mas também por afinidade política com o regime varguista.

Já no outro dia, um novo editorial sobre a mesma questão: “Pela tranqüilidade pública”,<sup>53</sup> um artigo breve, cujo foco é a paz da nação, violada – curiosamente – pelo grupo que o próprio Correio do Povo havia chamado outrora de representante do “extremismo nacionalista” e que agora havia se tornado “subversivo”. E, por ser subversivo evocaria a “necessidade indiscutível de uma enérgica repressão contra todos os empreiteiros profissionais de movimentos (...), que se repetem, mantendo no país uma atmosfera de inquietação e sobressaltos. A paz pública, a tranqüilidade de todos,

---

<sup>52</sup> CORREIO DO POVO, 12 de Maio de 1938, p. 3.

<sup>53</sup> CORREIO DO POVO, 13 de Maio de 1938, p. 3.

segurança pessoal, a vida de cada cidadão, a propriedade, a inviolabilidade dos lares, nada, em suma, se sentirá em segurança enquanto persistirem possibilidades para a desordem e clima propício a essas manifestações de indisciplina e desrespeito, com que periodicamente nos assaltam os maus brasileiros, tristemente contaminados por ideologias exóticas.” Trata-se, pois, da adesão do Correio à linha de pensamento que enxergava na AIB uma ideologia exótica, em função de seus traços fascistas (ver, por exemplo, os debates dos estudos de caso mais adiante). O curioso é que o próprio jornal havia reconhecido o caráter “nacionalista” do movimento em 1934, mas agora o classificava apenas como “exótico”, sendo o “verdadeiro” nacionalismo aquele defendido pelo governo e pelas instituições. Nessa linha, classificando os integralistas como “agitadores delirantes” e “sem alma”, o editorial exalta a defesa das instituições pelos agentes do governo, pois seria “fácil prever as consequências do golpe de mão premeditado por elementos integralistas, se não tivesse sido dominado o atentado da madrugada de quarta-feira. Os documentos colhidos já pelas autoridades permitem avaliar a extensão dos males que nos ameaçavam, e que seriam postos em prática com todos os requintes de perversidade terrorista, imaginados e sistematicamente executados pelos partidários do credo vermelho”. Note-se aqui que o texto não faz qualquer distinção entre os “elementos integralistas” e os “partidários do credo vermelho”, inclusive permitindo a um leitor interpretar que o jornal está se referindo ao mesmo grupo quando usa os dois conceitos. Por óbvio, os editores do Correio sabiam as diferenças ideológicas entre comunismo e integralismo (o segundo sendo a “barreira” contra o primeiro), mas diante dos acontecimentos da Intentona não se fez qualquer questão de diferenciá-los, apesar do poço ideológico entre ambos. Na verdade, parece ter sido uma estratégia, tanto do governo como do jornal, inclusive ao escolher o termo “intentona integralista” evocar ao leitor de 1938 a tentativa de revolução empreitada por Prestes e seus aliados da ANL em 1935. Intentona comunista e intentona integralista seriam, portanto, praticamente a mesma coisa: a história estaria se repetindo.

Dois dias se passaram e um terceiro editorial de repúdio ao sigma veio à tona, intitulado “União Indispensável”,<sup>54</sup> No mesmo tom dos dois anteriores, o foco segue sendo a nação, perturbada pelos golpistas de camisa verde, que teria causado uma divisão, jogando brasileiro contra brasileiro. “Se por outras razões não merecessem reprovação e desprezo, mais que isso, indignação popular – e essas outras razões são o

---

<sup>54</sup> CORREIO DO POVO, 15 de Maio de 1938, p. 3.

exotismo do que pretendiam implantar, os processos bárbaros empregados, a solércia do ataque - os recentes empreiteiros da desordem e da chacina, que perturbaram a tranqüilidade carioca na madrugada de 11 do corrente, só por um motivo teriam já incorrido na repulsa nacional e no crime de lesa-pátria: a tentativa de quebrar o silêncio construtor da paz entre os brasileiros, pelo choque de irmãos contra irmãos, numa luta inglória e odiosa”. Em seguida, é feito um lembrete alarmante, comparando a situação brasileira com aquela vivida na Espanha em guerra civil: “imagine-se, na hipótese (...) de haver surtido efeito o golpe inicial da aventura de quarta-feira, que de consequências trágicas adviriam, que de sangue jorraria, que de atrocidades se cometeriam! A resistência que o povo, naturalmente, haveria de opor aos assaltantes matutinos do poder e dos lares, a reação dos quartéis, feridos logo no âmago de seus sentimentos, a nação, enfim, acorrendo, por todas as suas classes à defesa da autoridade constituída - toda a peleja gigantesca de que teria sido ponto de partida a madrugada sinistra, lançaria o Brasil numa dessas fogueiras terríveis e devastadoras em que, ainda hoje se aniquila um povo outrora tão forte e admirável, a Espanha infortunada. E é fácil prever as consequências decorrentes, sem demora, de tal hipótese dolorosa, realizada que fosse. Um país que recém começa a sua marcha segura (...), rolaria no abismo profundo, para que lá as ambições de outros povos fossem a devorar-lhe as entranhas...” Note-se aqui, além do tom apocalíptico do texto, o fato dos integralistas serem tratados praticamente como estrangeiros. As ambições de “outros povos” causariam danos ao país caso ele caísse diante dos camisas-verdes, estando condenado a um “abismo profundo”. Essa parece uma clara referência ao fascismo (e também ao nazismo), associado ao integralismo. É importante recordar que, em 1938 o cenário internacional já não era tão favorável à Itália e à Alemanha quanto em 1934, e as opiniões públicas no ocidente – já temendo a nova guerra mundial, cada vez mais iminente – começavam a se voltar contra esses países, futuro Eixo do Mal, outrora modelares. São os sinais de esgotamento da “política de não-intervenção”. No Brasil podemos ver esse reflexo, muito embora não deixe de ser uma considerável hipocrisia tanto do governo quanto dos jornais que repetiam seu discurso contra “exotismos” criticar tais movimentos por romperem com a “brasilidade” e tentarem implantar modelos bárbaros de outros povos, uma vez que o país estava a alguns meses vivendo uma ditadura cuja própria constituição foi uma importação (a “polaca” do Estado Novo – cujo órgão de repressão, o DOPS, também teve a organização copiada das polícias secretas dos regimes autoritários europeus). Além disso, é realmente de se estranhar como a fórmula do “e se” o integralismo

tomasse o poder, seguida de previsões terríveis se tornou recorrente nestes editoriais posteriores à Intentona – como se os editores do Correio do Povo nunca tivessem lido o Manifesto de Outubro de 1932, no qual Plínio Salgado já deixava claro que o principal objetivo da AIB era a Revolução Integralista,<sup>55</sup> que passava obviamente, por profundas transformações nas instituições. Como imaginavam os jornalistas a serviço de Breno Caldas que essa “revolução” se daria, afinal?

Por fim, o último dos editoriais dessa seqüência retoma de modo ainda mais explícito a comparação entre integralismo e comunismo. A começar pelo título do artigo, “Arcades ambo”,<sup>56</sup> “ambos arcades”, ou seja: “ambos iguais”, pessoas similares, que se equivalem. O texto, diferente dos demais, busca retomar o passado da AIB antes de criticá-la no presente. Sobre o período de formação e expansão do sigma no Brasil, o integralismo “se apresentava como uma ideologia nacionalista, sob a tríplice invocação de Deus, da pátria e da família, conservadora e pacífica. Não pode haver dúvida, que essa aparência concorreu para aliciar entre os partidários do sigma, cidadãos perfeitamente e sinceramente amigos da ordem e da paz interna, que se deixaram atrair pelas cantigas dos senhores Plínio Salgado, Gustavo Barroso e seus sequazes. Não faltaram pessoas de boa fé, e não em pequeno número, que acreditassem na retórica dessa ideologia patriótica, e chegassem, mesmo a ver nele, uma força benéfica em antagonismo com a fúria subversiva, destruidora, do extremismo vermelho (...). Integralismo e bolchevismo eram termos opostos, dois pólos ideológicos, dois princípios antípodas em luta.” Esse integralismo, nobre e sedutor, teria então se transformado em algo nefasto. “Pouco, porém, durou a ilusão (...) [as investigações do governo vieram a] revelar que os processos dos dois extremismos [comunismo e integralismo] são perfeitamente idênticos. Caracteriza-os o mesmo delírio de sangue, a mesma fúria de sangue, o mesmo desprezo pelos princípios morais de respeito à vida, à propriedade e à integridade do lar. Os planos e as instruções para o movimento subversivo, dados e traçados pelos chefes integralistas aos seus mandatários, nada têm que invejas aos do Komintern, pela violência, pelo furor homicida, pela insânia e pelo desequilíbrio moral que os caracterizam”. Novamente, cabe a pergunta, será que o integralismo efetivamente se transformou – do dia para a noite – nesse monstro terrível, sendo antes nobre e justo ou então ele sempre foi o que fora, apenas não era alvo de críticas enquanto podia servir aos propósitos anticomunistas do governo e do Correio do

---

<sup>55</sup> SALGADO, Plínio. **Obras Completas**, Editora das Américas, São Paulo, 1956, p. 109-111.

<sup>56</sup> CORREIO DO POVO, 19 de Maio de 1938, p. 5.

Povo? Nesse mesmo editorial há uma passagem que parece contraditória: "como doutrinas extremistas [comunismo e integralismo], uma e outra deviam ser condenadas e combatidas, pelo conservantismo social e político que é o regime do equilíbrio necessário à paz e ao progresso". Bem, se ambas as doutrinas mereciam ser condenadas, por qual razão o Correio do Povo nunca o fez antes da Intentona? E como se define esse "conservadorismo social e político", apontado como ideal para a manutenção da paz e para atingir o progresso? Seria ele representado pelo Estado Novo? De fato, a ditadura varguista possui características conservadoras e realizou um grande pacto com as classes e instituições conservadoras da sociedade brasileira (no dia seguinte à Intentona, o Correio publicou uma notícia com o título "as classes conservadoras apóiam o governo"),<sup>57</sup> Mas, justamente para legitimar-se, para instalar-se como regime no poder e durante todos os nove anos de existência do Estado Novo, Vargas valeu-se de métodos (quando não dos próprios militantes) típicos dos "exotismos" do integralismo e do fascismo. O editorial conclui retomando a idéia de aproximação entre comunismo e integralismo: "hoje, o Brasil inteiro poderá afirmar, que não há nada mais parecido com um comunista do que um integralista". Essa mesma associação, além dos editoriais, se fez presente em outras seções do Correio do Povo, como na curta nota "A Violência – traço de união entre integralismo e comunismo",<sup>58</sup> que compara as intentonas de 35 e 38 e as figuras de Plínio Salgado e Luís Carlos Prestes. Podemos concluir, portanto, um esforço do Correio do Povo em (ignorando as profundas diferenças ideológicas) fazer o leitor assimilar a igualdade "comunismo = integralismo". Ambos subversivos, ambos "exóticos", ambos bárbaros e selvagens, ambos tendo realizado uma "intentona". O nacionalismo continua sendo um valor exaltado, assim como deus e a família, simplesmente abstraiu-se do integralismo os valores do seu lema, para aproximá-lo do velho inimigo dos "conservadores": os vermelhos. Assim, passada a utilidade de Plínio Salgado e seu grupo, eles são simplesmente removidos do tabuleiro de xadrez da política brasileira, destituídos de suas crenças e ideais (alardeados como "falsos" e "ilusões") para que outro possa reivindicá-lo sem a mancha moral de ter tentado derrubar as instituições: mesmo que, de fato, possa tê-lo feito anteriormente, num golpe em branco que seria impossível de ser realizado sem a ajuda do Sigma.

---

<sup>57</sup> CORREIO DO POVO, 12 de Maio de 1938, p. 10.

<sup>58</sup> **Idem**

## 2.2 - Estudo de caso: D. João Becker e as relações catolicismo-integralismo

Entre os artigos veiculados pelo Correio do Povo a respeito do movimento integralista no ano de 1934, um destaque deve ser dado ao texto do arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, publicado em 18 de Janeiro. Publicado nas páginas referentes ao “noticiário/seções” e intitulado de “O Estado integral brasileiro”, o artigo faz considerações sobre o crescimento do integralismo no Brasil, inserindo esse crescimento nos contextos local e europeu. O texto foi extraído de uma pastoral que debatia, durante o trabalho da Constituinte, as expectativas da Igreja Católica para com os rumos do Estado. É necessário ressaltar aqui que, após aprovada a constituição de 1934, em nova pastoral, Dom João Becker afirma que as demandas dos católicos estão atendidas e logo eles não desejam o “Estado integral”. O motivo da escolha desse artigo como estudo de caso é o fato dos argumentos apresentados para apoiar ou não o integralismo são os mesmos do próprio Correio do Povo e do governo: a defesa do nacionalismo e daquilo que o Correio chamará de “conservadorismo social”. No caso da Igreja Católica, a partir da constituição e da garantia da manutenção dos valores conservadores almejados, o integralismo deixou de ser tão atraente. No caso do Correio do Povo, o ponto de virada ocorrerá quatro anos mais tarde, na tentativa de 1938, quando os camisas-verdes se tornarão inimigos desse mesmo conservadorismo.

A argumentação de Becker começa com uma crítica ao período republicano anterior à Revolução de 30, momento no qual “as oligarquias políticas governaram muito mais o nosso país do que os preconizados princípios democráticos”.<sup>59</sup> A constituição de 1891, amplamente hostilizada pelo integralismo, também é alvo de críticas da Igreja Católica tendo em vista seu caráter laico. Parece muito propício, portanto, que no ano de uma nova constituinte (1934), na qual entram em pauta discussões como as do divórcio e do ensino religioso, os intelectuais eclesiásticos critiquem os 40 anos de experiência republicana oligárquico-liberal e defendam, a partir das possibilidades abertas com a Revolução de 30, transformações no Estado e na sociedade que retomem para a Igreja o espaço perdido. Sobre o momento político que vivia o país, Becker chama a atenção para um: “surto salutar de nacionalismo, uma onda de civismo perpassa todos os setores do país. Ora, assim como a Igreja (...) nunca desamparou a nação, nem lhe recusa, na situação presente, apoio e assistência. Pois, longe de patrocinar o internacionalismo

---

<sup>59</sup>CORREIO DO POVO, 18 de janeiro de 1934, p. 11.



incoler (...) é defensora do genuíno sentimento nacional”.<sup>60</sup> A exaltação do sentimento nacional é fundamental. Embora a própria Igreja Católica seja uma instituição internacional (ou “universal”, como historicamente se propôs), a sua aproximação com os governos e Estados nacionais sempre foi imprescindível para a manutenção do status e da participação política da mesma forma como o apoio a grupos nacionalistas para o combate ao internacionalismo ateu (comunismo) se tornou fundamental na agenda católica desde a Revolução de Outubro, em 1917. Becker deixa clara a importância da Igreja no cenário político brasileiro pós-30: “ninguém ignora que a estrutura do Estado se acha gravemente desarticulada nas suas instituições basilares. De uma parte, a autoridade estatal não goza do necessário prestígio, e, de outra, a consciência cívica está anarquizada. Na nova estruturação política da nação, é mister que a Igreja ofereça à autoridade governamental apoio eficaz e oriente a consciência dos cidadãos”.<sup>61</sup>

O surgimento do integralismo no Brasil, para Becker, está inserido no amplo prisma dos fascismos europeus. A respeito dos líderes dos principais Estados fascistas na Europa (a Itália e a Alemanha nazista), é exaltada a capacidade que eles tiveram de restaurar seus Estados no contexto da crise global do liberalismo clássico. Mussolini é descrito como o “reformador da pátria”, tendo tocado as “cordas mais sensíveis do coração de seu povo”: a origem latina e a histórica condição de sede do catolicismo. Por sua vez, Adolf Hitler, “o grande remodelador da Alemanha, que salvou sua pátria das garras do bolchevismo, criou um estado totalitário, apelando para o sentimento racial do arianismo e implantando a cruz suástica nas instituições públicas. Os resultados de sua atividade estupenda não só empolgam a Alemanha, mas todo o mundo. O império germânico quer ser o Estado de um povo cristão. O novo Estado (...) levanta-se em atitude enérgica e combativa contra qualquer movimento ateizante e do liberalismo amoral”.<sup>62</sup> Tomando exemplo de seus parentes europeus, o movimento de Plínio Salgado deveria seguir a receita para o sucesso, apoiando-se nos conceitos de “brasilidade” e “catolicidade”. “O Estado integralista brasileiro deve ter por fundamento (...) a brasilidade e a catolicidade. Brasilidade, que seja resultante do espírito e cooperação de todos os que merecem o nome de brasileiros; catolicidade constituída dos traços característicos da fé religiosa que se manifesta através da formação, das tradições históricas, da literatura, dos costumes e esperanças do nosso povo. Sem esta base

---

<sup>60</sup> **Idem.**

<sup>61</sup> **Idem.**

<sup>62</sup> **Idem.**

histórica e sociológica, ele será apenas uma tentativa, uma experiência improficua”.<sup>63</sup> Os conceitos de “brasilidade” e “catolicidade”, para Becker, não podem ser dissociados uma vez que a Igreja Católica é entendida como parte fundamental da formação da nação e do povo brasileiros. A partir dessa lógica, qualquer “inimigo” da Igreja (ou ainda, qualquer um que venha a questionar o seu espaço, sua influência e seu poder) deve ser entendido como inimigo da própria pátria. “Quem quisesse e pudesse destruir o patrimônio religioso que o país deve à igreja, destruiria a história da nação e a própria nacionalidade brasileira”.<sup>64</sup> E quem, na prática, seriam esses “inimigos” da Igreja e da pátria? Poderiam ser os militantes do PCB. Poderiam ser os banqueiros liberais. Poderia ser qualquer um a defender o Estado laico e a se posicionar contra o ensino religioso, ou em favorecimento do divórcio na constituinte em curso. Qualquer um com uma visão materialista de mundo. Em defesa da uma visão espiritualista de mundo (com a qual os adeptos do Sigma comungavam plenamente), o arcebispo de Porto Alegre escreveu: “no Brasil, como nos outros países, vemos o resultado lamentável da concepção materialista e atéia do mundo. O espírito de insubmissão, os cataclismos sociais, que, entre nós, o olhar menos clarividente percebe; as perturbações políticas e a prática de injustiças erguida em norma geral em não poucas nações; a desorientação, a insegurança das instituições humanas; a marcha crescente dos prazeres ilusórios e enervantes, e quase em todos os países a tremenda crise da autoridade governamental: tudo isso é consequência da falsa concepção do mundo e, conseqüentemente, do homem e do seu destino. Portanto, se o novo Estado brasileiro, tenha ele a forma integral ou não, quiser sobrepor-se a esses males e solucionar os problemas vitais da nação, deve ele, corajosamente, orientar-se pelo sistema espiritualista, ou seja cristão, arrostando, sem medo, as teorias laicistas e as doutrinas materialistas, que todas, na sua aplicação social e política, fracassaram ruidosamente.”<sup>65</sup>

Becker conclui que a contribuição da AIB para o Brasil, até onde ele se diz conhecedor do movimento, é positiva. O respeito às supostas “brasilidade” e “catolicidade” nada mais é do que o respeito aos valores conservadores como a propriedade privada e o ensino religioso, sendo importante o convite integralista à sociedade para que esta se organize na defesa desses valores, adotando uma postura de “soldados de Deus e da pátria”.

---

<sup>63</sup> **Idem.**

<sup>64</sup> **Idem.**

<sup>65</sup> **Idem.**

Em relação à propriedade privada, Dom João Becker a define como um “direito natural”. Deste modo, torna-se papel do Estado garanti-lo “em prol da prosperidade pública. A socialização das propriedades rurais, da indústria fabril e pecuária seria para o Brasil um grande mal. Eliminaría a iniciativa particular e entravaria todo o progresso”. Nota-se, aqui, que apesar da crítica ao materialismo “ateu” de determinados setores liberais, a crítica dos intelectuais eclesiásticos mantém o tom da crítica feita pelos camisas-verdes: contra o “espírito internacional” ou a “manifestação materialista” do capital internacional, mas em nenhum momento contra a propriedade privada e o capitalismo em si. Assim sendo, qualquer iniciativa contra o princípio da propriedade privada deve ser combatida. “O nosso país tem atualmente 42 milhões e seiscentos mil habitantes, oferecendo, porém, uma área suficiente para um bilhão e duzentos milhões de habitantes. Não faltam, portanto, terras que possam ser povoadas em benefício da agricultura e da indústria pastoril e não existem motivos para adotar medidas espoliativas, a exemplo de outros países”.<sup>66</sup>

No tocante ao ensino religioso, o clérigo defende – a partir da concepção espiritualista de mundo e de homem – sua implantação na formação dos cidadãos, pois “o Estado deve encarar o homem sob seu aspecto integral: composto de corpo e alma imortal, e destinado à vida eterna. E em todas as instituições públicas não pode esquecer essa realidade. Por isso, a instrução não pode limitar-se à formação da parte material, mas deve abranger, igualmente, o elemento principal, a espiritualidade do homem, adotando o ensino religioso”.<sup>67</sup>

Além de combater o materialismo e algumas demandas sociais, bem como defender valores conservadores e de interesse institucional próprio da Igreja, o artigo de Becker contém um apelo para o Estado no que diz respeito ao tratamento dado às classes sociais: “na organização das diferentes classes sociais, não é razoável dar apoio exagerado a uma classe, em prejuízo das outras. Se a questão operária em nosso país pede uma solução pronta, não seria justo negar amparo equitativo às classes produtoras. Deve estabelecer-se um equilíbrio entre o trabalho e o capital. Mas, assim como a sociedade não pode existir sem trabalho, nem lhe é dado viver sem o necessário capital. Por isso, nem capitalismo absorvente, nem classe operária dominante! Em suma, todos os brasileiros devem ser operários, desde o lavrador até o supremo chefe do governo, embora uns intelectuais e outros manuais. Ambas as categorias tornam-se dignas e

---

<sup>66</sup> **Idem.**

<sup>67</sup> **Idem.**

nobres pela cooperação dirigida à prosperidade comum, sob os auspícios do Estado”.<sup>68</sup> A idéia de que o Estado não poderia “tomar partido” em relação a uma classe ou outra, embora tente ser vendida como uma questão de “justiça”, acaba por encobrir a injustiça das diferenças entre os grupos sociais. Trata-se, pois, de uma defesa do status quo típica do pensamento conservador vigente na intelectualidade católica do período. Além disso, a tentativa de “harmonizar” as classes sociais é uma forma de negar o conceito marxista de “luta de classes”. Um Estado capaz de realizar tal harmonia social teria, portanto, amplo apoio e simpatia do Vaticano, e este sempre foi, afinal, um dos principais objetivos do fascismo, seja na Itália, seja nas demais partes do mundo onde tenha se manifestado. Indo ainda mais a fundo, a idéia implícita de que as classes sociais “se equivalem” (única e exclusivamente no plano das idéias e na espiritualidade, é claro) é uma forma de negá-las enquanto classes. E, por conseguinte, de negar a própria idéia de diferenças sociais, de desigualdade (por mais evidentes que essas sejam no plano material). A religiosidade católica, assim como o amor à pátria, serviria como o “cimento social” que uniria os tijolos (classes). Essa postura do sacerdote em relação às demandas sociais, à crise econômica e ideológica do período entre guerras e à ascensão de idéias “perigosas” ou “exóticas” trazidas de “países ateus” reflete a atmosfera geral positiva na qual os movimentos fascistas foram recebidos pelo Vaticano nas décadas de 20 e 30. Conforme João Fábio Bertonha: “a partir de um fundo geral onde os católicos receberam relativamente bem o fascismo inicialmente, entusiasmaram-se com ele quando do Tratado de Latrão e perderam um pouco de seu encanto quando do caminho totalitário, racista e de aliança com a Alemanha nazista que o fascismo começou a tomar na segunda metade dos anos 30, temos padres católicos furiosamente fascistas até o fim (...) e uma minoria antifascista”.<sup>69</sup>

No caso brasileiro, a situação é ainda mais favorável às idéias fascistas (e integralistas) uma vez que não há registro de nenhum movimento antifascista dentro da Igreja Católica nacional.<sup>70</sup> O apoio ideológico e logístico prestado por ela ao fascismo e ao integralismo, manifestado não só em sermões e artigos como o que aqui analisamos, mas também em atitudes concretas como o uso de espaços pertencentes a associações católicas para sediar atividades culturais fascistas e integralistas, o incentivo à participação de estudantes de colégios católicos em comemorações destes ou ainda o

---

<sup>68</sup> **Idem.**

<sup>69</sup> BERTONHA, **Op. Cit.**, p. 275.

<sup>70</sup> **Idem**, p. 276.

“aproveitamento” de parte da intelectualidade católica em atividades de propaganda desses movimentos, “foi fundamental (...) ajudando a moldar a opinião pública em direção a posições mais à direita”.<sup>71</sup>

No tocante exclusivo do integralismo, é inegável a influência do pensamento católico na formação intelectual de Plínio Salgado, expresso no lema da AIB: “Deus, Pátria e Família”. As relações entre a Igreja e a Ação Integralista Brasileira, no entanto, sofreram oscilações ao longo do tempo, exibindo um leve afastamento na segunda metade da década de 30 (de forma similar às relações entre o Vaticano e o fascismo internacional). No âmbito internacional, esse afastamento está ligado às cada (vez mais evidentes aos olhos do mundo) tendências totalitárias e racistas do nazi-fascismo, seu caráter belicoso e os horrores produzidos por seus líderes, em particular na, cada vez mais “pagã”, Alemanha nazista. No entanto, tal qual no Brasil, esse “afastamento” não impediu a existência até a guerra (e mesmo durante ela) de um número espantoso de padres extremamente simpáticos às idéias fascistas. No âmbito local, referente às relações Igreja/AIB, conforme Bertonha: “os católicos (...) tendiam a ver o integralismo com imensa simpatia dada sua mais do que clara origem católica, e sua firme posição de defesa da ordem, espiritualista e anticomunista, a qual soava como música aos ouvidos da Igreja naquele momento. No entanto, o integralismo nunca foi um movimento católico no sentido estrito do termo, com alas que pouco tinham a ver com a tradição católica ( como as de Reale e Barroso), um líder nacional que se proclamava paladino do catolicismo, mas que não era exatamente o que a Igreja esperava de um e que aceitava protestantes no seu seio. A Igreja dificilmente poderia dar a ele o apoio irrestrito que o movimento solicitava. “A Igreja (...) não desejava se envolver no mundo da política, a não ser indiretamente (...) [o governo estando] cada vez mais permeável às demandas da hierarquia católica e disposto a atender essas demandas sem exigir um engajamento aberto da Igreja, a opção varguista tornou-se cada vez mais razoável”.<sup>72</sup>

Apesar das especificidades do caso (inexistência de movimentos antifascistas na Igreja, distanciamento da guerra européia e “marginalidade” do integralismo, sem representação no poder central e aproximação gradual da Igreja com o governo de Getúlio Vargas), portanto, o caminho das relações entre o catolicismo brasileiro e o integralismo não diferiu do caso fascista.

---

<sup>71</sup> **Idem**, p.277.

<sup>72</sup> **Idem**, p. 279.

### 2.3 - Estudo de caso: Fay de Azevedo e os integralistas

O ano de 1934 marca a expansão do integralismo em terras gaúchas e nas páginas do Correio do Povo. Antes mesmo da chegada de Plínio, em Setembro, podemos observar essa expansão com os artigos que dão origem aos nossos estudos de caso. Janeiro de 1934 é o mês em que, pela primeira vez, um intelectual integralista publica uma matéria na página 3 do Correio, espaço dedicado aos editoriais e às colaborações, no qual a intelectualidade do Rio Grande debatia política, literatura, história e filosofia. O artigo, “Notas sobre o integralismo”,<sup>73</sup> de Arlindo Amoretty Saraiva, serve como uma apresentação à sociedade gaúcha do movimento político em expansão, posicionando-o diante de outras correntes políticas em voga no período. A respeito de Saraiva pouco sabemos além de sua participação na AIB (devidamente indicada na assinatura do artigo e pelo que o próprio autor coloca). Outro partícipe dessas contendas fora Antônio Fay de Azevedo, intelectual de longa passagem pelas páginas do Correio do Povo (desde 1932, pelo menos) e deputado (após as eleições legislativas de 1935), da Frente Única, e que se envolveu em um curioso debate com os integralistas, a partir da publicação do artigo de Saraiva.

Em “Notas sobre o integralismo”, lemos que a razão do próprio nome “integralismo” vem da idéia de que “o Estado deve considerar o homem em seu conceito integral, como um composto de corpo e alma, como portador de necessidades materiais e de aspirações espirituais”. Assim, Saraiva coloca a AIB em sintonia com o discurso espiritualista da intelectualidade católica conservadora de sua época. Faz uso dessa distinção, também, para diferenciar sua ideologia daquelas “unicamente materialistas”: a democracia-liberal e o socialismo. “O Integralismo trava uma guerra de morte não só à liberal-democracia, como também ao socialismo. (...) por partirem de pontos de vista errados sobre a missão do Estado, embaraçam ou impedem ao homem a satisfação (...) suas necessidades, ou aspirações (...) a liberal-democracia acaba por roubar o pão à grande maioria dos homens (...); o comunismo – principia por aniquilar a personalidade humana (...). Só o Integralismo, no meio de ambas, (...) poderá preencher o verdadeiro fim do Estado e permitir ao homem a satisfação de suas necessidades e aspirações”. Dessa passagem, cabe ressaltar o tom agressivo e prepotente do discurso integralista de Saraiva, comum aos textos e artigos que visavam a fazer propaganda política. Notaremos, mais adiante, que durante os debates propriamente ditos o tom acaba por se alterar: a agressividade dá

---

<sup>73</sup> CORREIO DO POVO, 19 de Janeiro de 1934, p.. 3.

lugar à ironia e a prepotência dá lugar à falsa humildade e polidez do trato entre rivais intelectuais que, apesar de tudo, se tratam por “ilustre colega” (um adendo curioso e relevante: tanto Amoretty Saraiva quanto Fay de Azevedo, assim como todos os demais intelectuais presentes nos debates aqui estudados – sem exceção –vinham do Direito: eram acadêmicos, advogados, doutrinadores, etc.). Após deixar claras as vantagens do integralismo comparado às inferiores “doutrinas materialistas”, Saraiva encerra seu artigo concentrando seu poder de fogo no modelo liberal: “para esta [a liberal-democracia] a missão do Estado consiste unicamente em garantir o direito da propriedade (...) atribuindo ao Estado, tão só a função de manter a ordem e de assistir impassível ao choque de interesses entre os seus cidadãos, ela produz na prática as mais desastrosas consequências e unicamente serve para proteger os ricos contra os pobres.” É fácil imaginar o motivo de tal escolha: fazia parte da agenda integralista à época focar os ataques ao liberalismo aproveitando o contexto pós-Revolução de 30. O comunismo, até a ação da ANL em 1935 liderada por Luiz Carlos Prestes, não era uma ameaça concreta. Além disso, num momento de recrutamento de bases para o movimento em expansão, principalmente entre o proletariado, era importante para os integralistas um discurso contrário aos abusos do empregador, apresentando-se como um caminho para a emancipação do trabalhador. Assim, Saraiva conclui: “a apregoada liberdade absoluta do trabalho que a Revolução Francesa pôs em voga (...) ao Estado não é permitido intervir no regime do trabalho (...). Sem a assistência e intervenção fiscalizadora do Estado(...) o operário ficou inteiramente amarrado à boa ou à má vontade do patrão (...). Um dos fins do integralismo é precisamente esse: evitar que o trabalhador seja explorado pelo patrão”.

Embora o artigo inicial de Saraiva não visasse um alvo em específico, uma “resposta” (difícil dizer se publicada em função do texto de Saraiva, uma vez que não o cita) veio na edição do dia seguinte do Correio do Povo, na mesma página. Em “Figurinos Políticos”,<sup>74</sup> Fay de Azevedo inicia uma linha de réplicas e tréplicas que seguirá até o mês de Junho. O autor, colaborador assíduo das páginas do jornal, inicia seu artigo lamentando uma tendência intelectual de seu tempo: “É moda, hoje, maldizer-se da democracia (...) e ao liberalismo”, para logo em seguida analisar criticamente o discurso do Sigma: “a crítica dos inimigos da democracia é, preferentemente, destrutiva. E o seu alvo principal são os Parlamentos (...) para eles, a fonte dos males (...) nos dias

---

<sup>74</sup> CORREIO DO POVO, 20 de Janeiro de 1934, p. 3.

que correm”. Assumindo a defesa da “democracia” (note-se que aqui já não se fala mais em liberalismo, apenas democracia), Fay de Azevedo busca esvaziar a crítica integralista ao sistema e aos parlamentos, contextualizando historicamente a política brasileira, admitindo suas falhas, mas depositando sua fé no futuro: ”tome-se como exemplo a atual Assembléia Nacional Constituinte (...). A constituinte atual, dada a cultura política primária do povo brasileiro e as circunstâncias especialíssimas em que foi eleita (...) tinha de ser, mais ou menos, o que é (...). Mas se é o que é, não quer isso dizer que, de futuro, outras constituintes ou parlamentos não possam vir a ser no Brasil o que é desejável que sejam (...). Não realizamos, nem podemos ainda realizar integralmente a democracia. Estamos fazendo uma aprendizagem de democrática. Evoluiremos para as formas mais perfeitas. Não há motivos, pois, para preferirmos esses exotismos políticos”. O uso do termo “exotismo” político deve-se à identificação do integralismo como “cria” do fascismo italiano, como veremos em seguida.

Iniciava-se, a partir daí, o debate propriamente dito. Após essa crítica ampla aos seguidores de Plínio Salgado, publicada um dia apenas após o artigo de propaganda de Saraiva, este se viu no dever de dar uma resposta a Fay de Azevedo. Publicada no dia seguinte, a réplica integralista foi breve e valeu-se do mesmo nome do texto de Fay de Azevedo: “Figurinos Políticos”.<sup>75</sup> No artigo, Saraiva retoma a questão da Revolução Francesa como “mãe” da democracia-liberal (apresentada anteriormente em seu primeiro artigo) e questiona se os conceitos de Fay de Azevedo de democracia e liberalismo coincidem com aqueles. “Fazemos este pedido, para sabermos ao certo os pontos que devemos combater e os que podemos aceitar. (...), pois o integralismo não combate toda e qualquer democracia, todo e qualquer liberalismo”. Ainda, partindo do suposto de que o Estado idealizado na Revolução Francesa seja mero observador dos conflitos sociais, Saraiva levanta a “conciliadora” hipótese: “se o doutor Fay de Azevedo admitir que o Estado não deva assistir indiferente à luta econômica entre os seus cidadãos (...), estará marchando ao lado dos integralistas de camisa oliva contra a liberal-democracia que a Revolução Francesa criou”. A estratégia do integralista era simples: demonizar um determinado modelo de democracia e liberalismo, associado à França revolucionária, e então dar duas alternativas ao adversário – tomar o partido desse modelo, virando alvo das mesmas críticas, ou se considerar seu crítico, nesse caso “marchando ao lado” dos adeptos de Plínio e caindo em contradição ao chamá-los de

---

<sup>75</sup> CORREIO DO POVO, 21 de Janeiro de 1934, pg. 3.



“inimigos da democracia”, uma vez que admitiria o postulado de Saraiva de que há mais de um modelo de democracia e liberalismo e que o integralismo não seria hostil a todos.

A tréplica de Fay de Azevedo fará uso de uma ferramenta retórica mais simples, porém mais falaciosa: o argumento de autoridade. Em “Respondendo à sabatina do integralismo”,<sup>76</sup> o autor recorre a seu histórico como colaborador assíduo no periódico e de opinião já conhecida e defendida em situações anteriores: “sou forçado a convidar meu amável adversário a que leia quanto escrevi por estas colunas do Correio do Povo, desde 1932, sobre formas de governo e de organização social e política (...). Não me sobra tempo, nem a esta folha espaço para reeditar conceitos e apreciações já abundantemente emitidos. Se o dr. Amoretty Saraiva faz questão de conhecer minha opinião (...), forçoso lhe será o pequeno trabalho de compulsar passadas mas recentes coleções do Correio do Povo, salvo se quiser esperar um pouco, pois dentro em breve, tais artigos, ampliados e sistematizados, serão reunidos em livro”. Com esse álibi de erudição, forçando o opositor a ir atrás de outras leituras e ao mesmo tempo reafirmando sua capacidade intelectual a partir do volume produzido e do livro a caminho, Fay de Azevedo evita o debate sobre conceito de democracia e liberalismo. O autor ainda refuta a dicotomia apresentada por Saraiva em relação à Revolução Francesa e à democracia, afirmando que “em ciências sociais e políticas não há leis imutáveis”. Partindo ao ataque, Fay de Azevedo lembra que para divergir do conceito original de democracia dos revolucionários franceses do século XVIII não precisa, necessariamente, “chegar ao extremo das concepções absolutamente anti-liberais: a soviética, economizando o Estado ou estatizando a Economia (...) e a fascista, promovendo a inserção das forças econômicas no poder público com a substituição do indivíduo pelo grupo”. Revelada a falsa dicotomia apresentada por Saraiva, Fay de Azevedo tenta aproximar o integralismo brasileiro do modelo fascista apresentado, fator que não fora admitido ou pronunciado por Saraiva até então. Diz Azevedo que Plínio Salgado, em um discurso para a juventude, a conclamara a “construir uma nação unida e coesa, baseada na representação corporativa, banidos todos os partidos que nos dividem e ensangüentam”, e questiona o “que é o Estado baseado na representação corporativa senão o Estado fascista, segundo o modelo italiano?”. Uma vez estabelecido o elo entre o Sigma e o Fascio, é preciso atacá-los: “a sindicalização das classes e a representação corporativa constituem mais um pretexto doutrinário para a manutenção da ditadura

---

<sup>76</sup> CORREIO DO POVO, 23 de Janeiro de 1934, p. 3.

fascista do que, em verdade, a razão de ser do governo do ‘duce’ (...); o sindicato não é uma entidade autônoma, com voz própria, com autodeterminação política na organização corporativa do Estado (...). O Estado corporativo não é o Estado em mãos da corporação, senão a corporação em mãos do Estado [citação do ministro Rocco, câmara italiana, em 09 de Março 1928, reproduzida por Fay de Azevedo]. Transparece das palavras autorizadas e insuspeitas do ministro italiano a realidade política do Estado fascista. O poder não vem das corporações como seus órgãos originários, mas do próprio Estado ou, melhor, da ditadura fascista”. A “salvação fascista” consistiria numa farsa a partir da abdicação das liberdades individuais em nome de sindicatos que aqui no Brasil seriam chamados de “pelegos” (não que isso não tenha ocorrido, guardadas as diferenças, durante a Era Vargas, muito pelo contrário). O artigo termina com um comentário curioso acerca do fascismo na conjuntura mundial: “que a Alemanha e a Itália, em situações desesperadas e extremas, houvessem recorrido a tais regimes, compreende-se. Mas (...) nós, brasileiros, de índole visceralmente contrária a essas aventuras (...) absurdo e inconcebível”. Ora, o que seriam tais “situações desesperadas e extremas” que tornariam a escolha por regimes repressores uma escolha “compreensível”? Não seria exagero responder esse questionamento com “ameaça comunista”, levando em conta as idéias políticas comuns à época e ao próprio Correio do Povo, onde Fay de Azevedo era um colaborador regular. Comunismo que, por também ser visto como um “exotismo”, entra no rol de ideologias que não seriam compatíveis com a “índole” brasileira: assim como o integralismo e o fascismo. Trata-se, pois, da mesma lógica “anti-extremista” usada pelo governo Getúlio Vargas e praticada pelo jornal de Breno Caldas.

Arlindo Amoretty Saraiva voltou à carga, dois dias depois, com o breve artigo “Tática Militar”,<sup>77</sup> no qual elogia de modo sarcástico a capacidade evasiva de Fay de Azevedo, caracterizada como um “recuo estratégico” digno de um gênio militar. “Será possível que ele não possa dizer num artigo de jornal –‘quais os pontos que reputa essenciais aos conceitos de democracia e liberalismo’? (...). Nós não podíamos que o ilustre colega justificasse os seus conceitos. Não. Isto está bem claro no nosso artigo (...). Entretanto, ele nos remete para uma coleção de artigos que, juntos, darão para formar um livro!” A tática de criticar o fascismo para atingir o integralismo também não foi esquecida por Saraiva: “estava em causa a liberal-democracia. Pois o doutor. Fay de

---

<sup>77</sup> CORREIO DO POVO, 25 de Janeiro de 1934, p. 3.

Azevedo (...) executou uma hábil manobra militar: atacou o fascismo italiano, procurando assim desviar nossa atenção para este outro setor”. Ora, embora para nós o elo entre fascismo e os integralistas seja bastante claro, a forma como a militância do sigma tratava esse tema internamente não era exatamente homogênea e, em alguns momentos, notaremos a tentativa de Plínio Salgado e seus adeptos de se afastar do regime de Mussolini, alegando a originalidade do sigma e seu caráter mais espiritual que o regime do Duce. Também não são inverdades proferidas por Saraiva, quando ele diz que o assunto em debate era outro que não o fascismo, mas se para Fay de Azevedo uma discussão conceitual sobre liberal-democracia pudesse ser inconveniente (mas isso foi feito, de fato, no prometido livro “Democracia e Parlamentarismo”, lançado em Maio de 1934) também seria inconveniente para Saraiva debater o fascismo, por isso ele não o faz. O fato é que esse artigo de Saraiva acabou por dar um fim ao debate. Fay de Azevedo voltou a discutir o integralismo nas páginas do Correio do Povo apenas mais de três meses mais tarde.

A segunda contenda na qual o advogado-escritor se envolve se dá em Junho de 1934, mas ainda em Maio, Fay de Azevedo volta a escrever sobre a AIB. Em um artigo intitulado “Combate ao Fascismo”,<sup>78</sup> o autor discorre sobre a expansão, ao redor do globo, de incipientes movimentos fascistas inspirados na Itália de Mussolini, alertando para o perigo deles. “É um erro desprezar, pela sua insignificância numérica inicial, esses núcleos fascistas. As massas se deixam seduzir pelas exterioridades aparatosas. Os imitadores do fascismo italiano bem o percebem e se valem, com argúcia psicológica, desse ‘fraco’ das multidões”. Logo em seguida, o Brasil é apresentado como exemplo e são dados os nomes dos bois: “em nosso país, o fascismo, por enquanto, se reduz a pequenos grupos ‘provinciais’ de rapazes de bom humor, tendo à frente o senhor. Plínio Salgado (...). No Rio Grande, os futuros ditadores são os meus prezados colegas, doutores Dario de Bittencourt e Anor Butler Maciel.” Com claro objetivo de escárnio em relação aos adversários, diz Fay de Azevedo que “são fascistas amáveis com quem se pode conversar (...) sem perigo. Ainda não organizaram seus ‘grupos de choque’. O clima político no Brasil, na realidade, lhes é adverso. Nele nem os regimes mais opressores prescindem da máscara democrática. Não é demais, porém, que desde já, se vá fazendo a propaganda anti-fascista, para matar o germe enquanto o terreno lhe é

---

<sup>78</sup> CORREIO DO POVO, 05 de Maio de 1934, pg. 3.

menos propício.” Curiosamente, esse artigo parece ter passado batido pelos defensores do integralismo (ao menos nas páginas do Correio do Povo).

Em Junho de 1934 há um novo embate nos editoriais do Róseo. Fay de Azevedo, ainda inspirado pelo seu artigo de Maio onde expõe os adeptos do sigma como um movimento de pouquíssima representação, repete o tom em no artigo “Porque desconheço o integralismo”<sup>79</sup> (o título já é bastante elucidativo). Trata-se, pois, de uma resposta a um teórico integralista de vulto: Anor Butler Maciel,<sup>80</sup> que teria criticado o livro “Democracia e Parlamentarismo” de Fay de Azevedo, lançado em data próxima. Infelizmente, não nos foi possível ter acesso a tal coluna, pois ela é mencionada apenas como “de um matutino local”. Tudo que sabemos dessa coluna, portanto, é aquilo que nos relata Fay de Azevedo em sua resposta (e, embora isso normalmente seja um problema muito sério, cabe ressaltar aqui que em sua réplica Butler Maciel não nega nada e tão pouco faz correções sobre o que “realmente teria dito”). Nela lemos que “o axioma, de que se vale o senhor Maciel, segundo o qual o Estado, sendo expressão viva da sociedade, está sujeito à lei de renovação, a que não foge nenhum organismo, prova tanto a favor do ‘integralismo’ como do comunismo e da própria democracia (...). Era perfeitamente dispensável a enunciação de tal axioma, pois qualquer [estudante do primeiro ano] de Direito Constitucional não ignora tão sabida verdade. Os estados se renovam, sim. Mas tanto podem renovar-se no sentido do autoritarismo fascista como da economização comunista ou do próprio aperfeiçoamento social dentro da democracia política (...). E ainda hoje se pode falar em parlamentarismo e presidencialismo (...), porque são as formas de governo que imperam em três nações líderes da terra – a Inglaterra, a França e os Estados Unidos – e em quase todo o resto do mundo. O senhor Maciel (...) restringe o mundo à Rússia, à Itália e à Alemanha...”.

A réplica de Butler Maciel nas páginas do Correio do Povo veio após cinco dias, em artigo intitulado “Políticos e o integralismo”.<sup>81</sup> Butler Maciel inicia seu artigo ressaltando a importância do integralismo para o Brasil no contexto político mundial do período. Seguindo a tradição fascista e também integralista de uma visão fatalista da História (que naturaliza a guerra e legitima o fortalecimento das nações), o autor escreve: “estamos vivendo uma fase decisiva para a vida dos Estados – ou eles integram os núcleos econômicos, realizando o fascismo; ou são absorvidos por um núcleo

---

<sup>79</sup> CORREIO DO POVO, 15 de Junho de 1934, p. 3.

<sup>80</sup> Teórico integralista que, no debate interno, defendia um nacionalismo agressivo, mas não anti-semita, em contraposição a Gustavo Barroso. Ver TRINDADE, **Op. Cit.** p. 215-216.

<sup>81</sup> CORREIO DO POVO, 20 de Junho de 1934, p. 3.

econômico, com o triunfo do comunismo. Compreendendo os rumos fatais da nossa evolução política, deliberamos os integralistas, fazer no Brasil o que a Europa não fez, quando os grupos começaram a se organizar, para não sermos obrigados a fazê-lo amanhã, recorrendo à violência”. Logo em seguida, é apresentada, em princípios básicos, a doutrina integralista. Percebemos ali uma curiosa contradição. Entre os princípios estão: “d) integração dos grupos profissionais **de baixo para cima** (...) f) o trabalhador livre no **sindicato, órgão do Estado.**” [destaques meus]. Ora, se o sindicato é um órgão do Estado (ou seja: há um único sindicato oficial), como esperar que ele seja organizado “de baixo para cima”? Aparentemente, no entanto, essa contradição passou batida tanto por seu autor quanto por seu adversário. O artigo segue, legitimando seu título a partir de uma crítica genérica aos “políticos” (devemos ter em mente que, nesse período, a AIB não era um partido político), uma vez que estes “desconhecem” o integralismo (clara referência ao artigo de Fay de Azevedo). A respeito destes: “não lhes interessam idéias (...). O que desejam saber primeiro, para depois conhecerem as idéias e os programas, é a possibilidade de sucesso eleitoral (...). Sem isso, sem possibilidades eleitorais e cargos públicos, não merecemos a atenção dos políticos”. Notemos que Fay de Azevedo efetivamente se tornará um político, ao se eleger deputado, alguns meses depois da publicação desse artigo. Talvez, Butler Maciel tenha escrito seu artigo ciente da candidatura ou da disposição para tal. Por fim, é feita uma curiosa acusação ao adversário, agora identificado claramente pelo nome: “o senhor Fay de Azevedo exhibe sua ignorância do Integralismo somente como publicista, porque, como político nos conhece, tanto que nos tem atacado pelas colunas da ‘Voz do Trabalhador’.”

O artigo que conclui essa série é a resposta de Fay de Azevedo a Butler Maciel. Publicado no dia seguinte, “Entre ‘A Voz do Trabalhador’ e ‘O Integralista<sup>82</sup>’” é basicamente um texto de escárnio e refutação, carregado de sarcasmo. A primeira parte do breve ensaio é dedicada à questão dos políticos. “O senhor Anor Butler Maciel (...) não perde nenhuma oportunidade de propaganda (...). Os políticos (e eu, expressamente, como intérprete deles) são acusados (...) como indivíduos a quem só interessam o aspecto material e os proventos da política (...). Ora, o senhor Maciel até ontem era tão político como todos os políticos, tanto que chegou a ser até secretário da redação de um jornal essencialmente político, o ‘Estado do Rio Grande’, órgão do Partido Libertador. Era, portanto, nessa época, segundo a sua lógica, um ambicioso vulgar, a quem só

---

<sup>82</sup> CORREIO DO POVO, 21 de Junho de 1934, p. 3.

preocupava o sucesso eleitoral e de nenhum modo as idéias. Da mesma forma, o senhor Plínio Salgado” (que começou sua vida na política no PRP). Escancarada a participação prévia dos integralistas na política, o argumento da crítica aos “políticos” e a falsa dicotomia entre estes e os integralistas, supostamente de moral superior, cai por terra. O artigo ainda refuta a acusação final de Butler Maciel. “Quanto à afirmativa de que eu tenho atacado o ‘integralismo’ pela ‘A Voz do Trabalhador’, devo simplesmente dizer que é fruto, apenas, da imaginação inocuamente maldosa do redator do ‘O Integralista’. Não escrevo naquela folha proletária, embora pudesse fazê-lo sem nenhum desdouro para mim, desde que escrevesse o que pensasse com sinceridade (...). Tanto poderia escrever na ‘Voz do Trabalhador’ como no ‘O Integralista’, se professasse a doutrina de alguma dessas folhas”.

Cabe registro de que não foi possível, nessa pesquisa, averiguar a suposta participação de Fay de Azevedo no jornal “A Voz do Trabalhador”. Em relação à publicação “O Integralista”, encontrou-se uma série de volumes dele que circularam em Porto Alegre entre 1934 e 1935, redigidos por Anor Butler Maciel.<sup>83</sup> Tratava-se de uma publicação local, cuja maioria do conteúdo era vinha diretamente dos jornais integralistas do centro do país.

#### **2.4 - Estudo de caso: Rubens Maciel e os integralistas**

A primeira visita de Plínio Salgado, na condição de Chefe Nacional da AIB, a Porto Alegre causou alvoroço nas páginas do Correio do Povo. Estamos em Setembro de 1934, período de franca expansão do integralismo Brasil afora. O então governador do Estado do Rio Grande do Sul, general Flores da Cunha, disponibilizou para o líder dos camisas-verdes o nobre espaço do Teatro São Pedro para um discurso aberto ao público, em comemoração ao dia 07 de Setembro (proclamação da Independência). O discurso, recheado de propaganda do sigma e da retórica que lhe é comum, arrancou aplausos dos presentes... E também causou inquietação a alguns. Um deles, o jovem Rubens Maciel que decidiu “sair da obscuridade” e escrever a respeito do que presenciou e ouviu nas páginas do Correio do Povo (infelizmente, não foi possível aferir com convicção a identidade do autor, por ele assinar seus textos apenas como “Rubens Maciel”, mas dado o fato de um de seus interlocutores lhe chamar de “jovem brilhante”, “acadêmico”

---

<sup>83</sup> Os volumes estão encontrando-se no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre.

e “doutor” acreditamos que possa se tratar de Rubens Mário Garcia Maciel – médico que fora o primeiro lugar na turma da faculdade de medicina de Porto Alegre de 1937 e viria a ter carreira destacada no Estado; mas trata-se apenas de uma especulação). A partir da publicação de seu artigo, o jovem Maciel se envolve num debate com intelectuais integralistas, similar àquela vivida por Fay de Azevedo no começo do ano.

O artigo de Rubens Maciel, intitulado “Plínio Salgado e a Guerra”,<sup>84</sup> logo em seu começo trata de alertar para o perigo da sedução das idéias do Sigma: “os nossos patrícios, aplaudindo o nacionalismo agressivo do chefe integralista, aplaudiram, sem o saber, o horror incalculável dos morticínios desta bem próxima guerra do futuro”. O autor não poderia ter sido mais clarividente, apesar de o sentimento de que a Grande Guerra não havia terminado de verdade em 1919 fosse comum para aqueles que observavam o teatro das nações na década de trinta.

Logo em seguida, um ponto polêmico para os integralistas é apreciado: o anti-semitismo. “O senhor Plínio Salgado (...) faz uma demonstração de anti-semitismo, atacando os judeus, como agiotas, desde os tempos do Faraó até nossos dias, e procurando despertar em nós, um ódio que ainda não existia: o ódio do ariano contra o semita. Note-se que a ‘Ofensiva’, o primeiro jornal integralista em importância, nega que o integralismo mova guerra aos judeus, e desafia alguém a provar essa afirmação ‘caluniosa’. Os galos do senhor Plínio com a mudança de terreiro, muda de cocoricó!”. O anti-semitismo, como vimos, era de fato um tema controverso no interior da intelectualidade integralista. Mas embora fosse questionado por seus doutrinadores (a exceção, é claro, de Gustavo Barroso), ele foi amplamente usado para converter militantes na base – uma vez que seus “argumentos” eram de fácil assimilação. Levando em consideração que o discurso de Plínio Salgado foi um ato de propaganda política e que ele era um orador carismático que fazia uso de discursos improvisados e “autênticos”, não é de se espantar a diferença de tom em relação ao periódico integralista.

No mesmo discurso, de acordo com Rubens Maciel, Plínio Salgado proclamou a necessidade do Brasil se fortalecer para não passar mais por situações vexatórias como as relações políticas e econômicas entre o Império e a Inglaterra no período pós-Independência e ao longo do século XIX. Teria dito o Chefe Nacional: “hoje somos poucos. Amanhã seremos milhares (...). Teremos um grande exército. Uma grande

---

<sup>84</sup> CORREIO DO POVO, 13 de Setembro de 1934, p.3.

armada. Uma grande aviação. E seremos uma grande potência. E não teremos medo da Inglaterra”. Essas palavras não agradaram o jovem Rubens Maciel, que viu nelas o germe da belicosidade fascista: “para os ouvidos incautos do patriota (...) o canto de sereia dos messias fascistas: a ilusão (...) da Grandeza e da Força, que nos levará à realidade sangrenta da Miséria e da Guerra. Sabíamos que Plínio falaria assim. A concepção do Estado Integral pode agradar às massas, mas não conseguirá entusiasmar-las. Desde que, porém, se fale em Honra da Pátria, o entusiasmo surge. (...) E Plínio o provoca (...). Porque com o entusiasmo vem a paixão, o furor: com o furor, a cegueira (...). Que nos promete o orador? Exércitos, navios, aviões, tudo o que o engenho humano produziu de eficaz e de útil na arte de assassinar o seu semelhante”. O argumento de Rubens Maciel é reforçado por uma citação de Mussolini, com claro objetivo de comprovar o vínculo entre o sigma e o Fascio: “são de Mussolini, pai espiritual do senhor Plínio Salgado, estas frases sugestivas: ‘uma doutrina baseada no postulado da paz não está mais conforme com o fascismo, nem com o espírito do fascismo’; ‘só a guerra imprime um cunho de nobreza aos povos que têm valor de afrontá-la’ (...). Basta. Plínio Salgado falou (...) e viemos acusá-lo (...) de ambicionar o poder (...). De explorar o patriotismo, sincero, mas ingênuo, das massas”.

A resposta dos integralistas a tal ataque não tardou a aparecer. No dia seguinte, na mesma página, escreveu jurista Fernando de Martino (outro dos tantos acadêmicos de Direito filiados aos camisas-verdes) o artigo intitulado “Interpretações do nacionalismo”.<sup>85</sup> Diz o integralista que o integralismo (curiosamente caracterizado como um movimento “de renovação nacional-socialista”) tem por objetivo fortalecer a pátria e está sujeito a críticas. Depois diz que “Rubens Maciel (...) ouvindo Plínio Salgado, parece não tê-lo escutado (...). O nacionalismo integralista não é anti-semítico sob o ponto de vista racial. Não se quer enforcar judeus (...). Pode o senhor Rubens negar o capitalismo judaico [os “tubarões de Wall Street”]? (...). Os integralistas têm em suas fileiras muitos brasileiros de origem semítica. Nosso problema não é também ariano e todos o sabem. Estrangeiro para nós, e é o próprio Chefe que o diz, não é quem viu o sol pela primeira vez fora de nossa terra; é-o com maior força o brasileiro que de boa ou má fé não sabe amar, de uma forma concreta, a terra onde nasceu. Daí se deduz que há brasileiros estrangeiros e estrangeiros brasileiros. Não temos nenhuma prevenção de raças, portanto.” Além da questão anti-semita era importante defender o Chefe

---

<sup>85</sup> CORREIO DO POVO, 14 de Setembro de 1934, p. 3.



Nacional das acusações de beligerância: “se prometemos armar-nos, não esqueça nosso antagonista que sabemos usar o brocardo dos romanos – ‘*Si vis pacem para bellum*’ (...). Faremos o que fazem todos, embora se julgue isso um crime de beligerância... Enfim, é esse o nosso nacionalismo”. O texto de De Martino, portanto, tenta demonstrar a racionalidade do nacionalismo integralista, tanto nas questões raciais como nas questões bélicas. Apesar do esforço em reinterpretá-las de modo mais ameno e menos radical, o artigo publicado no Correio do Povo não poderia simplesmente apagar e substituir as palavras do Chefe Nacional, uma vez que – pela organização interna da AIB – ele **era** a própria doutrina “encarnada”. Rubens Maciel, assim como nós, percebeu essa dissonância entre o que dizia Plínio em seus discursos e o que seus asseclas publicavam nos jornais.

A tréplica veio com força. Em “Plínio Salgado e a doutrina integralista”,<sup>86</sup> Rubens Maciel destaca que seu artigo original era uma crítica exclusiva às palavras do Chefe Nacional do sigma, e não da “doutrina integralista” como um todo: “em todo o correr do meu trabalho, falo sempre ‘no senhor Plínio’, ataco as idéias ‘do senhor Plínio’, faço acusações ‘ao senhor Plínio’; não me refiro à doutrina integralista (...). O senhor De Martino responde a essa crítica da conferência com uma defesa da doutrina. Digo que isso não é lógico, porque os pontos de vista defendidos pelo senhor De Martino como sendo os da doutrina, não são os mesmos expostos pelo senhor Plínio na sua conferência (...) sustento (...) que esses pontos de vista não só divergem como se contrariam”. Revelada a existência de tais diferenças paradoxais, Rubens Maciel passa a exemplificá-las tomando como foco a questão do anti-semitismo e a questão do armamentismo, comparando o que disse Plínio Salgado com o que escreveu Fernando De Martino. A respeito da questão judaica: “o senhor De Martino não é anti-semita. Não quer combater todos os judeus; explica quais os que devem ser combatidos [os ligados ao capitalismo internacional, os banqueiros] (...). O senhor Plínio é anti-semita. Combate todos os judeus. Ao iniciar a parte anti-semita do seu discurso, o senhor Plínio anunciou que ia falar de gente ‘que já no tempo de Nabucodonosor vivia de emprestar dinheiro’. É claro que não se referia ao ‘polvo de Wall Street’; referia-se aos judeus daquela época. (...) Disse o conferencista: ‘nunca vi um destes (...) trabalhar na lavoura’. Evidente que se referiu aos judeus pobres (...); ninguém concebe que o senhor Plínio se zangue porque o banqueiro Rotschild não cuida de legumes. E, como atacou também os judeus ricos,

---

<sup>86</sup> CORREIO DO POVO, 16 de Setembro de 1934, p. 10, 16.

atacou todos os judeus, e mostrou-se anti-semita”. Uma defesa bastante consistente de seu artigo original. Já em relação à questão armamentista, Rubens Maciel limita-se a sugerir que De Martino (que seria “pela paz”, uma vez que defende o armamento do país apenas para “defesa”) releia seu texto original, pois lá estariam as provas da beligerância de Plínio Salgado. A conclusão a que o autor chega, usando de sarcasmo, é a de que seu interlocutor “defendeu o que eu não ataquei. Em compensação, não defendeu o que eu ataquei. Eu disse que o senhor Plínio era anti-semita; ele me responde que o nacionalismo integralista não o é (...). Qual o ponto de vista da doutrina integralista em face do anti-semitismo e do armamentismo? O senhor Plínio Salgado, explicando a doutrina, expôs um ponto de vista. O senhor Ferdinando de Martino, explicando a doutrina, expôs um ponto de vista contrário. Um destes pontos de vista, e só um, deve ser o da doutrina.” Rubens Maciel chega a convidar De Martino a se retirar da AIB, caso a doutrina seja aquela expressa por Plínio Salgado e caso ele mantenha seus posicionamentos “mais brandos” – ou ainda, que expulse Plínio Salgado da AIB, em caso da doutrina “correta” seja a expressa pelas suas idéias.

Fernando de Martino não voltou a discorrer sobre o tema. No entanto, a AIB já havia providenciado outro adversário para Rubens Maciel cujo artigo (uma crítica ao texto original de Maciel) fora publicado – ironicamente – na mesma data e página da resposta a De Martino, ambos deslocados da área nobre da página 3 (“editoriais/colaborações”) e transferidos para a página 10 (seção “noticiários”). O texto integralista vem dentro de uma coluna de chamada “Ação Integralista Brasileira”, similar àquelas usadas nas notas e notícias curtas sobre o movimento, que passaram a se tornar cada vez mais comuns no Correio do Povo. O autor, um jovem acadêmico chamado Francisco R. Mattoso é apresentado ao leitor por Arlindo Amoretty Saraiva, cuja carta de recomendação do jovem ao diretor do Correio - Alexandre Alcaraz – e solicitação da publicação antecede o artigo intitulado “Plínio Salgado, o integralismo e ‘patriotas ingênuos’”<sup>87</sup> (artigo este que contou com a “aprovação do Departamento Provincial de Estudos” da AIB).

Em seu artigo, Mattoso busca defender Plínio Salgado da acusação de anti-semitismo não apenas a partir da enunciação da doutrina integralista (já que o foco de Maciel era a fala do chefe nacional), estratégia inglória adotada por De Martino, mas partindo de declarações do próprio líder do sigma: “Plínio Salgado, quando falava a centenas de pessoas, numa das suas últimas conferências (...) dizia: ‘não temos preconceitos de raça,

---

<sup>87</sup> CORREIO DO POVO, 16 de Setembro de 1934, p. 10.

não somos racistas. Não atacamos o judeu pelo simples fato de ser judeu, no Brasil há lugar para o judeu que se portar como bom brasileiro. (...) O que não admitiremos, de forma alguma, é o capitalismo internacional, na sua quase totalidade composto de judeus, e o judeu como elemento de infiltração comunista' (...) o colega Maciel vem, sem base alguma, aí afirmar que 'o **integralismo** vem despertar o ódio que não existia, o ódio do ariano contra o semita'. O colega engana-se. O Integralismo vem é despertar a antipatia do brasileiro contra todo e qualquer estrangeiro que vier a lesar os interesses da pátria" [destaque meu, que se justificará em breve]. Seria interessante perguntarmo-nos quais seriam, afinal, os estrangeiros que lesam os interesses da pátria e de quais interesses está, o jovem Mattoso, falando. A primeira indagação poderia ser respondida, a partir do conhecimento prévio que temos da AIB e de seus membros, de modo simples: os "lesadores da pátria" seriam os agentes do capital internacional (embora, curiosamente, isso nos levaria novamente à questão anti-semita, já que para a AIB ela é majoritariamente realizada pelo capital judeu). Já "os interesses da pátria" permanecem nebulosos, tanto nos artigos como na doutrina integralistas. A questão do armamentismo também não foi deixada de lado por Mattoso. Em defesa do Chefe, diz ele que: "se defender com energia, porque com energia nos atacam é 'ser patriota ingênuo' como o colega [Rubens Maciel] classificou aqueles que ouviram a palavra do nosso Chefe, eu quero ser desses patriotas ingênuos. (...) Eu, pelo menos, creio no que diz Mussolini: 'só a guerra imprime um cunho de nobreza ao povo que tem o valor de afrontá-la', porque, quando a atenção do povo está presa à sua imunização contra os males estrangeiros, isso impede que ele se decomponha em guerras fratricidas". Não há diferença relevante, como podemos ver, entre o argumento de Mattoso e o de Fernando De Martino: a guerra é uma fatalidade à qual os povos estão destinados, logo, é preciso que o Estado esteja sempre pronto para ela, mesmo que seu intento seja o de sustentar a paz. Digno de nota é o jovem acadêmico citar e aprovar palavras de Mussolini: todos os demais intelectuais integralistas aqui estudados evitaram tocar diretamente no assunto e, por conseguinte, na identificação da AIB como um movimento de cunho fascista.

Apesar da considerável demora, o texto de Mattoso foi respondido por Rubens Maciel, que alegou tê-lo encontrado tardiamente em função da publicação simultânea (o que é uma desculpa um tanto quanto questionável, já que normalmente os intelectuais fazem questão de comprar edições de jornais com artigos seus, seja para conferir se a publicação foi feita corretamente, seja para guardar para a posteridade - e ambos os textos estavam na mesma página). Outra curiosidade na publicação dessa réplica é o

fato do Correio do Povo, além de manter o artigo longe da página três, publicá-la junto de um texto de propaganda integralista (“O Mundo Integralista”, de Anor Butler Maciel) e sob o mesmo “tópico” – “Ação Integralista Brasileira” (onde também estavam publicadas notas gerais dos núcleos integralistas, como já havia se tornado costume). Tal fato poderia dar a impressão (a um leitor incauto) de que Rubens Maciel estava publicando seu texto em nome da AIB. Claro que basta ler as primeiras linhas do artigo e essa impressão desapareceria. Talvez, então, a intenção do Correio com esse deslocamento seja justamente a de chamar a atenção daqueles que procurariam o texto de Butler Maciel para um artigo que criticasse os camisas-verdes.

O conteúdo do artigo intitulado “Ainda a conferência de Plínio Salgado”<sup>88</sup> se divide em uma correção a Mattoso, no que diz respeito ao debate sobre o anti-semitismo e uma acusação a Plínio Salgado, de agir de modo imperialista, a partir da análise de novas citações e documentos. Eis a correção (e, em função dela, justificamos o destaque dado ao trecho do artigo de Mattoso), acompanhada de um comentário importante sobre as contradições do Chefe Nacional: “a questão do anti-semitismo. O colega Mattoso contrapõe minhas afirmações a um trecho de um discurso do senhor Plínio. Isso prova que este se contradiz não que eu o haja interpretado mal (...). Agora, uma ratificação. Citando um trecho meu, o colega Mattoso teve um engano: conde eu escrevi: ‘**Plínio Salgado**’ faz uma demonstração de anti-semitismo, atacando os judeus... e procurando despertar em nós um ódio que ainda não existia; o ódio do ariano contra o semita, o colega leu e copiou: ‘**o integralismo** vem despertar etc.’ Foi um lapso. Referi-me apenas ao senhor Plínio; e para fazê-lo não me era necessário indagar ‘o ponto de vista da Ação Integralista a respeito’. ‘Baseei-me’ nas palavras de Plínio; foi só e bastante, para o que eu me propus”. A acusação de imperialismo parte da análise de outra citação de Plínio Salgado, retirada de uma carta de ex-integralistas -“senhores Della Meã, Martins Gonçalves e outros” – a respeito dos motivos que os levaram a abandonar o sigma. Diz Maciel: “se o colega [Mattoso] lesse com atenção o que escrevi, veria que o que me preocupa é a finalidade de tudo isso [investimentos bélicos]. Se fosse para a nossa defesa estaria de acordo (...). A propósito: faltou-me citar, no meu primeiro artigo, uma frase do senhor Plínio bastante ‘interessante’: ‘vamos substituir esse Brasil... por um poderoso Brasil que desborde de suas fronteiras, **para dominar** a América do

---

<sup>88</sup> CORREIO DO POVO, 22 de Setembro de 1934, p. 9.

Sul’[destaque de Rubens Maciel]. Que acha o colega Mattoso dessa confissão de imperialismo?”

Mattoso voltou às páginas do Correio do Povo para uma tréplica no começo de Outubro. O artigo intitulou-se “Patriotismo é imperialismo?”<sup>89</sup> e divide todo o pensamento de Rubens Maciel, desde seu primeiro artigo, em dois pontos – para melhor atacá-los: “em primeiro lugar procura tirar a maior parte os seus argumentos, da tão discutida frase do Chefe ‘teremos um grande exército, etc. e não teremos medo da Inglaterra’ (...). Acaso o colega a considera uma confissão de imperialismo(...)? Plínio Salgado prega a defesa contra o imperialismo e não está fazendo mais do que invocar para o nosso povo, o direito legítimo de viver e se desenvolver livremente”. O segundo ponto, ligado estritamente ao segundo artigo de Maciel, é a crítica à fonte (a carta dos ex-integralistas): “o colega toma como base para sua argumentação, um trecho da carta (...). Infelizmente não examinou a fundo o significado dessas palavras e deixou-se impressionar logo de início com a suspeita interpretação dada a elas, pelos referidos senhores (...). Aí vai a frase: ‘vamos substituir esse Brasil... por um Brasil maior, que desborde de suas fronteiras para dominar a América do Sul. É claro que quando Plínio Salgado escreveu essa frase tinha na mente o ‘domínio da idéia’(...) O colega prestar-me-ia um grande favor lendo no órgão integralista ‘A Ofensiva’, do dia 26 de julho deste ano a explicação dada pelo próprio Chefe Nacional às supracitadas palavras”. No que diz respeito à questão do imperialismo na citação feita repetidamente ao Chefe Nacional, é interessante observar que o argumento de Mattoso se limita a uma falsa dicotomia: sendo a Inglaterra uma nação imperialista, armar-se para combatê-la faria o Brasil uma nação inimiga do imperialismo como um todo (e, logo, não participe dele). Ao criticar Rubens Maciel pela escolha da fonte, Mattoso apresenta uma nova interpretação para o verbo “dominar”, embora não mostre – no documento citado – nenhum trecho que legitime sua visão, de que se trataria de um domínio “das idéias”. Sua única referência para tal interpretação é um comentário do Próprio Plínio em periódico integralista, posterior ao deslize, por assim dizer.

Rubens Maciel, ciente das limitações da argumentação de Mattoso, publica um novo artigo – embora, com um lapso de tempo de mais de três semanas. Intitulado “Pela última vez a conferência de Plínio Salgado”,<sup>90</sup> o texto faz jus ao título, encerrando a polêmica, que já se arrastava fazia dois meses. Novamente, o artigo de Maciel foi

---

<sup>89</sup> CORREIO DO POVO, 03 de Outubro de 1934, p. 11.

<sup>90</sup> CORREIO DO POVO, 27 de Outubro de 1934, p. 13.

publicado junto de notas da própria AIB, na seção de noticiários. Disposto a dar um ponto final ao debate, Maciel inicia seu ataque pela citação de Salgado: “eu enxerguei nela [na carta dos ex-integralistas] coisa mais séria. Quanto ao jornal que o colega cita [A Ofensiva], não o pude conseguir; mesmo, porém, que Plínio dê, nele, à sua frase o sentido que lhe atribui o colega [“domínio das idéias”], isso em nada invalida as afirmações do artigo ‘Plínio Salgado e a Guerra’ [primeiro de Maciel], pois a dita frase foi citada depois, como um mero aditivo de que me havia esquecido a princípio. Sem contar que, mesmo que Plínio lhe atribua um sentido, isso não prova que se lhe não possam atribuir outros, nem exclui a hipótese do aproveitamento deste fato num malabarismo literário”. Nada muito diferente, portanto, das conclusões que nós mesmos tiramos. A tentativa de argumentação de Mattoso nesse ponto fora de uma fragilidade óbvia, facilmente revelada. Chega a ser legítimo questionar se não foi estratégia da própria AIB usar um “acadêmico promissor” (nas palavras do próprio Anor Butler Maciel) ao invés de um renomado integralista para a ingrata tarefa de defender os discursos inflamados de Plínio Salgado, cujos trechos mais exaltados acabaram parando nas páginas do Correio do Povo, espaço para o qual obviamente não foram destinados. Afinal, dessa maneira ao menos nenhuma figura integralista de vulto estaria submetendo-se diretamente aos ataques. Outra hipótese válida é, considerando que um dos pontos centrais da polêmica diz respeito ao anti-semitismo, o qual era motivo de divergências internas entre os integralistas (e o qual Butler Maciel descartava em seus escritos teóricos), havia a necessidade de que o defensor do Chefe (que, por personificar a doutrina, não poderia ficar sem defesa) não fosse alguém que pudesse ser identificado em contradição com seus próprios pensamentos divulgados em outros espaços. Justamente sobre a questão do anti-semitismo é que Rubens Maciel se focará na parte final de seu ensaio. “no tocante à questão anti-semita, enviei o colega ao meu artigo de resposta ao senhor De Martino. Volta-me o colega de lá, dizendo que viu apenas ‘a reprodução das palavras de Plínio combatendo o capitalismo internacional e a agiotagem’. Quem ler o trecho citado ficará bem surpreendido com essa afirmativa (...). E o colega Mattoso, que ouviu o senhor Plínio dizer ‘nunca vi um destes trabalhar na lavoura’ vem me afirmar que essas palavras são contra o capitalismo internacional!”. Novamente, um caso de omissão por parte de Mattoso ao reproduzir trechos de Maciel.

Por fim, damos pela última vez a palavra ao jovem Rubens Maciel. “Fica, assim, encerrada essa polêmica. Não converti o meu colega (...). Mas talvez tenha aberto os

olhos de alguns brasileiros sobre o perigo que vem surgindo”. Quanto a esta frase, não poderíamos concordar mais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após observar as páginas do Correio do Povo ao longo de quase uma década inteira, foi possível observar a manifestação do discurso do fundador Caldas Júnior. Não que o jornal fosse, de fato, “despolitizado”, mas certamente tratava-se (na década de 30) de uma publicação que zelava muito por sua imagem e credibilidade, pautadas na idéia de neutralidade. O Correio reunia em suas páginas uma série de colaboradores, intelectuais de respaldo no estado e no país que tinham liberdade para tecer comentários sobre a política nacional e local regularmente. Estes, em algumas ocasiões, acabavam por digladiar-se entre si, nos mais diversos assuntos. No campo da política, e principalmente no campo do debate ideológico, essas discussões eram mais raras, mas certamente mais agressivas. O jornal em si, tinha por práxis evitar manifestações políticas (poderia, por exemplo, lançar mão do recurso de veicular opiniões sistematicamente de uma mesma “linha” de colaboradores, sem expor seu nome), principalmente em se tratando de temas mais “radicais”.

Tal foi o caso do integralismo. Chama atenção o fato do Correio só publicar editoriais próprios sobre o Sigma em momentos nos quais não poderia haver contestação de suas palavras. Quem, após o assassinato em 1934 dos militantes integralistas condenaria uma crítica aos assassinos? E quem, após a desvairada tentativa de assassinar Vargas em 1938 condenaria um ataque aos integralistas?

Mas, como vimos, a AIB esteve longe de ter sido ignorada pelo Correio do Povo. O jornal publicou uma infinidade de notas e textos pagos dos camisas-verdes. Como negócio, não seria equivocado dizer que a ascensão do integralismo foi interessante (por um bocado de tempo) ao jornal: não só pela compra do espaço, mas também por ser notícia, logo, vender jornais. Os integralistas possuíam uma imprensa própria (inclusive, em Porto Alegre durante alguns períodos), mas esta não possuía a penetração que o Correio tinha, seja para chamar a atenção de simpatizantes na capital, seja para chegar – diariamente, outro fator relevante – nas zonas mais afastadas das metrópoles. Lembremos que o foco da militância integralista sempre foi os pequenos municípios. No caso do Rio Grande do Sul, as áreas de colonização italiana e alemã, regiões de difícil acesso para a incipiente produção jornalística dos integralistas de Porto Alegre ou mesmo do Rio de Janeiro. Mas não para o Correio do Povo, que nesse período se



tornava também o mais lido do interior, se fazendo valer dos avanços em transportes e de sua pujança econômica.

A atitude do Correio do Povo frente ao integralismo, portanto, foi discreta e, ao se manifestar, revelou-se, como foi mostrado, ambígua. Mas essa ambigüidade é uma característica normal da política, principalmente levando em conta o passar dos anos. O jornal, nesse caso, faz questão de se esquecer das próprias publicações passadas, da mesma maneira como os políticos recorrentemente podem esquecer suas declarações pretéritas em determinados contextos.

Para além dessas constatações, uma comparação merece ser feita. O tratamento dado pelo Correio do Povo ao integralismo brasileiro difere radicalmente da forma como ela irá se posicionar (no mesmo período) em relação às tropas “nacionalistas” do general Franco na Espanha, durante a Guerra Civil (1936-1939). Ao observar a postura do Correio frente o conflito ibérico, Gerson Wasen Fraga concluiu que o jornal assumiu abertamente tomar o partido de Franco, “cuidando para que o ‘branco’ [cor com a qual o jornal buscou identificar as tropas nacionalistas] prevalecesse, e para que as tintas vermelhas [referência aos comunistas] não fossem demasiadamente ostentadas”.<sup>91</sup> Aparentemente, a relação entre interno e externo fazia a diferença no posicionamento político do Correio do Povo. Da mesma forma que um conflito externo como a guerra espanhola era “didático” para a realidade brasileira, a distância permitia que o jornal se manifestasse de maneira mais aberta, diferente do que acontecia – quase sempre – aqui no Brasil.

---

<sup>91</sup> FRAGA, **Op. Cit.**, p. 126.

## FONTES E LOCAL DE PESQUISA

Jornal Correio do Povo: Outubro/1932 – Maio/1938. Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre/RS.

Obs: os meses de Janeiro, Fevereiro, Setembro e Novembro de 1935; Março e Novembro de 1937 não puderam ser consultados no Museu, seja por ausência no acervo ou por estarem em restauro durante o período de pesquisa.

## BIBLIOGRAFIA

ARBEX JR., José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia; MOREL, Marco (orgs.). **História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho - 100 anos. Anais do Colóquio**. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1997.

BERTONHA, João Fábio. **Sobre a Direita: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo**. Maringá- PR: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2008.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DIAS, Heloísa. Estratégias narrativas e imagens da política: a eleição municipal de 1996 na primeira página do jornal *O Globo*. In: NEVES, Lúcia; MOREL, Marco (orgs.). **História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho - 100 anos. Anais do Colóquio**. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1997.

DILLENBURG, Sérgio. **Correio do Povo: história e memórias**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: **Cadernos de Estudo n 13**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1995. p 19-29.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e Vermelho: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal *Correio do Povo* (1936-1939)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS/PPG em História, 2004.

GALVANI, Walter. **Um Século de Poder: os bastidores da Caldas Júnior**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

SALGADO, Plínio. **O que é o integralismo**. São Paulo; Editora das Américas, 1956 (2ªEd).

TRINDADE, Hégio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. Rio de Janeiro: Difel, 1979 (2ªEd).